

JOSÉ AMÉRICO ALEXANDRE DIAS

A melhoria da mentalidade de Defesa no Líbano como Oportunidade para a Indústria de Defesa do Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia.

Orientador: CMG (RM1-FN) Carlos Antonio **Raposo** de Vasconcellos.

Rio de Janeiro
2019

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa. Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG.

Assinatura do autor

Biblioteca General Cordeiro de Farias

Dias, José Américo Alexandre.

A melhoria da mentalidade de Defesa no Líbano como oportunidade para a Base da Indústria de Defesa do Brasil. / Capitão de Mar e Guerra José Américo Alexandre Dias - Rio de Janeiro: ESG, 2019.

93 f.: il.

Orientador: CMG (RM1-FN) Carlos Antonio **Raposo** de Vasconcellos.

Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), 2019.

1. Líbano – Relações exteriores – Brasil. 2. Brasil – Relações exteriores – Líbano. 3. Base da Indústria de Defesa (BID). 4. Defesa. I Título.

Aos meus amados filhos, esposa e familiares
pelo carinho incondicional, apoio e
compreensão de sempre.

AGRADECIMENTOS

Ao nosso bom Deus, Pai e Criador de todas as coisas, pela proteção divina e por me mostrar sempre os caminhos corretos a serem trilhados, iluminando meus passos e minha inteligência, minha gratidão por ter-me como mais um filho teu.

Aos meus Comandantes e Chefes pelos conhecimentos transmitidos e por terem sido, desde os bancos escolares de "VILLEGAGNON", exemplos de retidão, correção de atitudes e dedicação ao serviço. Vossos ensinamentos serão sempre balizadores de minhas decisões.

Aos oficiais e praças dos 15º e 16º Contingentes da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL, cujo espírito de corpo, lealdade, profissionalismo e amizade se constituíram em importante pilar para a confecção deste trabalho.

Ao meu orientador, CMG (RM1-FN) Carlos Antonio Raposo de Vasconcellos, pela singular disponibilidade, apoio, orientações seguras e confiança.

Aos amigos estagiários da Turma "ESG 70 Anos – Pátria Amada Brasil" do CAEPE 2019, pelo convívio fraterno, ameno e harmonioso que tivemos.

Ao Corpo Permanente da ESG pelo ambiente agradável, respeitoso e cortês proporcionado.

Acredito verdadeiramente que podemos tornar o mundo mais seguro.

Podemos solucionar os conflitos, superar os ódios e defender os valores que temos em comum. Mas só poderemos fazê-lo em conjunto.

António Guterres - Secretário-Geral da ONU.

RESUMO

A monografia em questão tem como abordagem principal a possibilidade de ser criada uma oportunidade para que haja um incremento na Base da Indústria de Defesa brasileira, a partir da melhoria da mentalidade de defesa da sociedade e das Forças Armadas libanesas, inserindo ideias afetas a campos específicos de nosso Poder Nacional brasileiro, particularmente o militar, onde sua Marinha tomaria consciência da importância de ter a capacidade de cumprir suas tarefas básicas, como vigilância e provimento de segurança em seu mar territorial e a manutenção da soberania em suas águas jurisdicionais e plataforma continental pertinente. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevista a especialista no tema. Além disso, contou-se com a experiência do autor, que atuou na região em questão, como Chefe do Estado-Maior da Força-Tarefa Marítima (FTM), durante o período entre fevereiro de 2018 e fevereiro de 2019. Foi priorizado o estudo do contexto histórico, tendo-se dado mais atenção ao período compreendido entre a década de 1940 e os dias atuais, mostrando as consequências dos conflitos internos e externos nos quais se envolveu o Líbano, tendo sido constatada a parca mentalidade de defesa da sociedade libanesa e da Marinha - que é subordinada ao Exército libanês. Com relação à atuação da FTM, fez-se uma descrição e análise voltada ao que era de interesse para o trabalho, ou seja, explicitar a relação existente entre a Marinha / sociedade libanesa e a FTM, comandada, desde 2011, por um almirante brasileiro, tendo considerável aceitação tanto na sociedade quanto na Marinha do Líbano. Fez, ainda, um estudo sobre a capacidade da Base Industrial de Defesa (BID) brasileira, com relação à possibilidade de se construir meios navais para a Marinha libanesa, assim como a verificação da possibilidade de a Marinha do Brasil assessorar a Marinha do Líbano, sobre uma melhor qualificação de seu pessoal.

Palavras chave: Líbano – Relações exteriores – Brasil; Brasil – Relações exteriores – Líbano; Base da Indústria de Defesa (BID); Defesa.

ABSTRACT

The monograph in question has as its main approach the possibility of creating an opportunity for an increase in the Brazilian Defense Industry Base, by improving the defense mentality of society and the Lebanese Armed Forces, inserting ideas related to specific fields of our Brazilian National Power (specifically the military), where its Navy would become aware of the importance of having the capacity to fulfill its basic tasks, such as surveillance and security provision in its territorial sea and the maintenance of sovereignty in its jurisdictional waters and relevant continental shelf. For this, we used a methodology based on bibliographic and documentary research, as well as interviews with the subject matter expert, in order to be based on solid theoretical references, compatible and coherent with the objective of the work. In addition, the author had the experience of acting in the region in question as Chief of Staff of the FTM during the period from February 2018 to February 2019. Priority was given to the study of the historical context necessary for the theme, and more attention was paid to the temporal window between the 1940s and the present day, showing the consequences of the internal and external conflicts in which Lebanon was involved. noted the meager defense mentality of the Navy (which has direct reporting to the Lebanese Army) and even of Lebanese society. Regarding FTM's performance, a description and analysis focused on what was of interest to the work was made, that is, to explain the relationship between the Navy / Lebanese society and the FTM, commanded by a Brazilian Admiral since 2011, having considerable acceptance both in society and in the Lebanese Navy. It also made a study of the capacity of the Brazilian BID, regarding the possibility of building naval means to be delivered to the Lebanese Navy, as well as verifying the possibility of the Brazilian Navy advising the Lebanese Navy regarding the correct qualification of its personnel to equip its naval assets.

Keywords: *Lebanon – Foreign Relations – Brazil; Brazil – Foreign Relations – Lebanon; Defense Industry Base; Defense.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Diagrama Simplificado da <i>United Nations Interim Forces in Lebanon</i> (UNIFIL)	34
FIGURA 2	Composição da Força Tarefa Marítima (FTM)	35
FIGURA 3	Área Marítima de Operações	36
FIGURA 4	Meios da Marinha do Líbano	46
FIGURA 5	Estaleiros Capacitados em Construção Naval no Brasil	51
FIGURA 6	Navios da FTM por Grupos-Tarefa	93
FIGURA 7	Navio-Patrolha Oceânico <i>TRABLOUS</i>	93
FIGURA 8	Navio – Auxiliar <i>TABARJA</i>	94
FIGURA 9	Lancha Rápida de Apoio <i>Nakoura</i>	94
FIGURA 10	Botes de Patrulha Libaneses	95
FIGURA 11	Navio de Desembarque <i>DAMOUR</i>	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMO	Área Marítima de Operações.
AMRJ	Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.
BID	Base Industrial de Defesa.
CAAML	Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão.
DPKO	Departamento de Operações de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas, da expressão em inglês <i>Department of Peacekeeping Operations</i> .
EMGEPRON	Empresa Gerencial de Projetos Navais.
EUA	Estados Unidos da América.
FCN	Fragatas Classe Niterói.
FPM	<i>Free Patriotic Movement</i> . Movimento Patriótico Livre (tradução livre)
FTM	Força Tarefa Marítima.
IDF	<i>Israel Defense Forces</i> . Forças de Defesa Israelenses (tradução livre)
INACE	Indústria Naval do Ceará.
LAF	<i>Lebanese Armed Forces</i> . Forças Armadas Libanesas (tradução livre)
LAF-N	<i>Lebanese Armed Forces - Navy</i> . Forças Armadas Libanesas - Marinha (tradução livre).
MTF	<i>Maritime Task Force</i> . Força Tarefa Marítima (tradução livre).
MTF COM	<i>Maritime Task Force Commander</i> . Comandante da Força Tarefa Marítima (tradução livre).
MB	Marinha do Brasil.
NPa	Navio-Patrolha.
OLP	Organização para a Libertação da Palestina.
ONU	Organização das Nações Unidas.

PB	<i>Patrol Boats</i> . Botes de Patrulha (tradução livre).
PIB	Produto Interno Bruto.
SAR	<i>Search and Rescue</i> . Operações de Socorro e Salvamento (tradução livre).
UNIFIL	<i>United Nation Interim Forces in Lebanon</i> . Forças Interinas das Nações Unidas no Líbano (tradução livre).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	CONTEXTO HISTÓRICO.....	16
2.1	LÍBANO: UM ESTADO JOVEM.....	16
2.2	ISRAEL: O NASCIMENTO DE UM ESTADO FORTE.....	18
2.3	A GUERRA CIVIL DO LÍBANO.....	19
2.4	O <i>HEZBOLLAH</i> E A GUERRA LÍBANO-ISRAELENSE DE 2006.....	22
2.4.1	O <i>Hezbollah</i>.....	23
2.4.2	A Guerra Líbano-Israelense de 2006.....	25
3	O NASCIMENTO DA FORÇA TAREFA MARÍTIMA DA UNIFIL E SUAS TAREFAS.....	30
4	CENÁRIO POLÍTICO INTERNO E EXTERNO DO LÍBANO.....	37
4.1	CENÁRIO POLÍTICO INTERNO.....	37
4.2	CENÁRIO POLÍTICO EXTERNO.....	38
5	A MENTALIDADE DE DEFESA DA MARINHA E DA SOCIEDADE LIBANESA.....	45
5.1	MEIOS DA MARINHA LIBANESA.....	45
5.2	CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CAPACIDADES DA MARINHA DO LÍBANO.....	46
5.3	CONSIDERAÇÕES SOBRE A MENTALIDADE DE DEFESA DO ESTADO LIBANÊS.....	47
6	A OPORTUNIDADE DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA (BID) BRASILEIRA JUNTO AO LÍBANO.....	49
7	CONCLUSÃO.....	53
	REFERÊNCIAS.....	55
	APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTA – VA CHAVES.....	57
	ANEXO A – ANEXO DO RELATÓRIO N° 5/2019, DO CFTM.....	60
	ANEXO B – ILUSTRAÇÕES.....	93

1. INTRODUÇÃO

A Marinha do Brasil (MB) participa da Força Tarefa Marítima (FTM) das Forças Interinas das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) com um navio de superfície do porte Fragata / Corveta dotada com aeronave orgânica de asa rotativa *Westland Linx*. A MB, desde o ano de 2011, assumiu o Comando da única Força Tarefa Marítima internacional, operando sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), em uma Missão de Paz. Durante os 8 anos nesse comando, muitos foram os desafios vencidos e ensinamentos colhidos pelo pessoal dos navios brasileiros lá empregados. Particularmente, e no âmbito do tema a ser aqui pesquisado, tem-se verificado e registrado, ao longo destes anos, a fragilidade da Marinha libanesa, tanto na parte de material, quanto em relação ao nível de adestramento de seu pessoal. Além disso, é latente a falta de mentalidade de defesa da sociedade e das próprias Forças Armadas libanesas. São justamente estes fatos que constituem um nicho de oportunidades que podem alavancar mercados para a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira, o que poderá vir a contribuir com a ação estratégica de defesa descrita como “promoção da sustentabilidade da cadeia de produtos da base industrial de defesa” (BRASIL, 2018c). Para tal, torna-se mister estudar a estrutura de Defesa do Líbano e sua fragilidade, a fim de se verificar a possibilidade de inculcir uma mentalidade de defesa nas Forças Armadas e na sociedade libanesas. Nesse sentido, identifica-se aqui o problema de pesquisa: Como apresentar ao Estado libanês, ideias sobre o Poder Nacional, particularmente sobre a Expressão Militar, que contribuam para a criação de uma mentalidade de Defesa favorável à aproximação com a Base Industrial de Defesa do Brasil?

Para se compreender a real possibilidade da mencionada oportunidade para a BID do Brasil, assim como a atual estrutura de Defesa Libanesa, é primordial entender o contexto histórico que gerou a atual política de Defesa daquele país, a atuação do *Hezbollah*¹ como força paramilitar e até mesmo como um partido político, bem como em que termos está inserida a participação brasileira, em especial da MB na missão supracitada.

¹ *Hezbollah* - Grupo paramilitar existente no Líbano. (ROSA, 2019).

Com essa finalidade, serão apresentados aspectos relevantes sobre a participação da MB no Comando da FTM da UNIFIL, uma missão de manutenção da paz, cuja participação brasileira está intimamente relacionada ao objetivo nacional de defesa descrito como “Contribuir para a estabilidade regional, a paz e a segurança internacionais” (BRASIL, 2018b). Soma-se ao já exposto o fato da participação brasileira nesta missão internacional poder contribuir para o fortalecimento do Brasil, no que se refere à sua pretensão de participar como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, conforme consta no Livro Branco de Defesa Nacional. (BRASIL, 2018a).

Buscar-se-á, ainda, discorrer sobre a estrutura político-social do Líbano, uma República Confessional², onde os fortes costumes e tradições ligadas à religião sobrepõem conceitos praticados no mundo Ocidental, sendo importante focar-se nas boas relações políticas, diplomáticas e comerciais com aquele país.

Nesse sentido, procurar-se-á compreender e expor as atuais relações institucionais no Líbano e suas ligações externas, a fim de se estudar qual a melhor forma para uma possível inserção do Brasil neste nicho, no qual se configura um provável desenvolvimento do setor de Defesa do Líbano. Em especial, será apresentada a formação e estruturação de sua Marinha, a qual possui grande dependência do Exército Libanês, sendo inclusive a ele subordinado.

A relevância deste trabalho decorre justamente de uma nova possibilidade para que a BID brasileira possa ter alguma participação no desenvolvimento do setor de defesa naquele país. Tal fato está intimamente relacionado à estrutura de Defesa atual do Líbano e sua fragilidade, assim como sua mentalidade de defesa. Importante salientar que a bibliografia nacional ainda não contempla o estudo de tal possibilidade. Tampouco existem análises que abordem o tema em questão com este viés, que seja do conhecimento deste autor.

Sendo assim, foram estabelecidos os seguintes objetivos intermediários e final para este trabalho:

² República Confessional - Aquela onde o poder político é partilhado entre as várias comunidades religiosas. (ROSA, 2019).

- Objetivos Intermediários

a) Elencar elementos de análise que coadunam com o fato da parca existência de uma mentalidade de Defesa na Sociedade libanesa e nas próprias Forças Armadas libanesas;

b) Estudar os efeitos da existência do “*Hezbollah*”, e sua influência sobre as Forças Armadas e a Sociedade libanesa;

c) Destacar as diferenças existentes entre as estruturas de nossas Forças Armadas e as Forças Armadas libanesas (LAF), às quais possam denotar e identificar as possibilidades de atuação da LAF e suas fragilidades, resultantes de falta de mentalidade de defesa das Forças Armadas e da própria sociedade libanesa;

d) Identificar fatores que demonstrem possibilidades de incremento na Indústria de Defesa brasileira, por meio da influência exercida sobre as Forças Armadas e a sociedade Libanesas, inculcando uma mentalidade de Defesa compatível com nossa Política de Defesa Nacional.

- Objetivo final

Estudar a atual Política de Defesa Nacional libanesa e sua respectiva estrutura institucional, a fim de se verificar a possibilidade de melhorar a mentalidade de Defesa daquele Estado, com o intuito de permitir que a Base Industrial de Defesa brasileira passe a colaborar com o fornecimento de cursos, treinamentos e materiais afetos à área de Defesa, o que criaria a possibilidade de incremento e crescimento da Base Industrial de Defesa nacional.

O estudo em tela utiliza-se de uma metodologia baseada em pesquisa documental e bibliográfica, sendo conduzido em nível de análise dos conhecimentos existentes em nossa Política Nacional de Defesa, na Estratégia Nacional de Defesa, no Livro Branco de Defesa Nacional, nas Resoluções da ONU que tratam da UNIFIL (*United Nation Interim Forces in Lebanon*³), e nas publicações que regulam a MTF (*Maritime Task Force*⁴), que é a primeira e única Força Tarefa Marítima Internacional atuando sob a égide da ONU em uma Missão de Paz. Além disso, a pesquisa apoia-se em livros e material

³ Tradução livre: Forças Interinas das Nações Unidas no Líbano.

⁴ Tradução livre: Força Tarefa Marítima.

disseminado pela mídia nacional e internacional, atinente ao tema.

Nesse sentido, a presente pesquisa utilizar-se-á dos conceitos de Segurança e Defesa:

Segurança é a sensação de garantia necessária e indispensável a uma sociedade e a cada um de seus integrantes, contra ameaças de qualquer natureza. (BRASIL, 2015 apud ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2019, p. 150).

Defesa é um ato ou conjunto de atos realizados para obter, resguardar ou recompor a condição reconhecida como de segurança. (BRASIL, 2015 apud ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2019, p. 151).

Com estes entendimentos, verifica-se a importância do desenvolvimento de uma mentalidade de Defesa na sociedade e nas Forças Armadas libanesas para que se obtenha a segurança, tão almejada por aquele povo. Tal processo poderá contribuir para que a BID brasileira expanda suas fronteiras e obtenha oportunidades de negócios favoráveis com o Líbano.

2. CONTEXTO HISTÓRICO

Para que se possa realizar o estudo referente ao tema deste trabalho, torna-se necessário conhecer a atmosfera histórica que envolve este povo descendente dos Fenícios, assim como os principais problemas sociais decorrentes das guerras e conflitos em que o Líbano se envolveu, desde meados do século XX.

2.1 LÍBANO: UM ESTADO JOVEM

Embora a origem do povo libanês remonte aos fenícios, é recente a criação do Estado Libanês e seu reconhecimento como tal, por parte da comunidade internacional.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) piorou muito a situação do Líbano. Os Turcos ocuparam a Montanha Libanesa e proclamaram a Lei Marcial. Um bloqueio muito rígido dobrado de um regime de terror causou a fome e as doenças. Estima-se a um terço da população total o número de pessoas mortas de fome, de doenças e de massacre no Líbano, durante estes 'quatro anos de miséria'.

Esta guerra e a vitória dos aliados puseram fim aos quatro séculos de dominação otomana sobre o Próximo Oriente. Essa nova situação deu origem a um novo sistema de relação entre os povos, chamado 'Mandato', instituído pelo artigo 22 do pacto da sociedade das Nações. O Líbano preferiu ser confiado ao Mandato da França. Isto levou, em 1920, à formação do Estado do Grande Líbano, em comparação ao pequeno Líbano do tempo da Mutassarrifyat. (EDDÉ, 2001).

É, pois, do início do século XVI (1516) até os dias atuais o período em que os vários grupos humanos existentes na região onde hoje é o Líbano, de diferentes orientações religiosas e culturais, percebem a necessidade de se unirem a fim de defenderem seus interesses e a própria liberdade. A criação do Estado libanês e a própria história de seu povo, esteve sempre ancorada e baseada nos diversos grupos religiosos lá existentes. Assim se pode relacionar os dois maiores grupos religiosos libaneses, tendo-se fixados os Xiitas (de orientação muçulmana de forma mais radical), em sua maioria, ao sul do Líbano e os Sunitas (também de orientação muçulmana, mas de uma forma mais amena), na sua maior parte, ao Norte, na região de Trípoli. Na complexa estrutura religiosa libanesa, podemos citar, como exemplo, a existência dos cristãos maronitas (de orientação religiosa relacionada à igreja cristã ortodoxa),

fixados mais na região e proximidades da cidade de Beirute. Existem também os Drusos, de orientação muçulmana, mas com traços culturais e particularidades próprias. Apenas para contextualizar e se conhecer um pouco destas características ímpares, uma pessoa seguidora da religião drusa, por exemplo, só pode se casar, segundo suas regras particulares, com outro druso.

E foi neste contexto e sob tais influências que se promulgou a Constituição Libanesa, em 26 de maio de 1926, época em que o território libanês era ainda um protetorado da Sociedade das Nações, sob a administração da França, tendo sido, assim, estabelecida no Líbano uma república parlamentar.

O Oriente Médio, tal como o conhecemos, é uma criação recentíssima. Resultou de decisões tomadas pelos países vitoriosos na Primeira Guerra Mundial, especialmente Inglaterra e França, que desagregaram o Império Otomano (1299-1922), a única potência muçulmana que desafiou a hegemonia europeia no mundo moderno. (FROMKIN, 2008).

Mas foi apenas no ano de 1943 que o Líbano se tornou realmente independente, quando se estabeleceu o “Pacto Nacional”, que molda a política libanesa até os dias de hoje, onde o poder político é compartilhado entre as várias comunidades religiosas lá existentes. Nesse sentido, a Presidência da República passa a ser exercida por um cristão maronita, enquanto que o cargo de Primeiro-Ministro é ocupado por um muçulmano sunita. Já a Presidência da Assembleia Nacional, cabe a um muçulmano xiita. De acordo com o pacto, o número de vagas no parlamento libanês que é atribuído aos cristãos foi fixado em seis por cada cinco lugares destinados aos muçulmanos.

A fim de se compreender com mais propriedade tanto as origens quanto o ambiente político no qual é criado e se desenvolve o Estado Libanês, torna-se mister conhecerem-se distintos fatores envolvidos nos complexos processos de formação de Estados no Oriente Médio, onde grupos heterogêneos e com traços culturais e religiosos distintos foram se formando, dando origem a alianças e formações milicianas com distintas ideologias nacionalistas e culturais. Nesse sentido, é necessário estudarem-se alguns aspectos importantes da formação destes Estados que, de uma forma ou de

outra, influenciaram, e influenciam, na formação e existência do Estado Libanês; inclusive em sua Política interna e externa.

2.2 ISRAEL: O NASCIMENTO DE UM ESTADO FORTE

O Estado de Israel possui importante influência na região médio-oriental, assim como sobre sua história, política e aspectos militares libaneses. A história de Israel remonta aos anos de 1800 a.C., quando os Hebreus se deslocam da região de Ur, tendo Abrão como líder, cruzando a Mesopotâmia, utilizando o vale do rio Eufrates, em direção à Babilônia e Haran, e descendo pela atual Síria, passando por “Damascus” até atingir o vale do Rio Jordão, chegando então à “Terra Prometida”, Canaã (atual Estado de Israel).

Durante, aproximadamente, 100 anos aí viveram os Hebreus, quando uma grande seca os obrigou a se deslocarem para a região do Egito, que se encontrava sob o domínio dos Hicsos e lá conseguiram se estabelecer. Mas em 1500 a.C. os Egípcios vencem a guerra contra os Hicsos, retomando seu território e escravizando os Hebreus, por entenderem que estes eram favoráveis aos Hicsos. Por volta de 1250 a.C., sob o Comando de Moisés, os Hebreus finalmente retornam à “Terra Prometida” (fato histórico conhecido como “Êxodo”) e, após várias guerras para retomada do território palestino, o povo hebreu se estabelece em tribos ao longo da região onde existe hoje o Estado de Israel (as doze tribos de Israel). (BOULOS, 2015).

Dando um salto na história, após várias guerras entre grupos étnicos e religiosos, em 14 de maio de 1948, o Estado de Israel é formado. No dia seguinte ao da Formação do Estado de Israel, tem início a Guerra Árabe-Israelense, quando os países muçulmanos, liderados pelo Egito e inconformados com a declaração da existência do Estado judeu, realizam um ataque coordenado sobre Israel, que nem mesmo possuía um exército regular. O povo de Israel improvisou um exército que não tinha nem mesmo uniformes, tampouco treinamento militar adequado. Mas o ímpeto de defender seu país fez com que lutassem de forma implacável, vencendo a coalizão árabe formada pelo Egito, Arábia Saudita, Síria, Iraque, Transjordânia e Líbano, em 10 meses de guerra. Ali tomaram cerca de 6 mil israelenses e mais de 22 mil árabes. (CANAL HOJE NO MUNDO MILITAR, 2018).

2.3 A GUERRA CIVIL DO LÍBANO

Com o Pacto Nacional de 1943, onde ocorreu no Líbano uma divisão dos Ministérios e altos cargos do governo, baseados na supremacia dos cristãos Maronitas, que ocuparam os postos mais importantes, inclusive a Presidência do país, havia uma falsa sensação de paz social duradoura.

Como os acontecimentos não foram marcados por confrontos violentos, foi possível firmar um tratado de amizade entre a França e o Líbano. Mas o Presidente da República Libanesa, Bechara Elkhoury e o Primeiro ministro, Ryad Elsolh não aceitaram a proposta neste sentido. Pensaram que o Pacto Nacional fosse capaz de levar o país à tranquilidade e à paz perpétuas. A rebelião de 1958, e a Guerra Libanesa de 1975, desmentiram o seu otimismo exagerado. (EDDÉ, 2001, p. 239)

Porém, tal situação de aparente normalidade foi sendo rompida com o passar do tempo, já que nos idos de 1960 já ficava patente que o crescimento demográfico dos muçulmanos era muito superior ao dos cristãos. Tanto foi assim que, já na década de 70, havia uma estimativa de que os xiitas já eram um dos grupos religiosos mais numerosos e que havia não mais que 1/3 de cristãos na população do Líbano. Com esse cenário, passam os muçulmanos a reivindicar reformas, a fim de que fosse aumentada sua representatividade no governo libanês. Mas tais reivindicações não foram bem aceitas pelos Maronitas, que, evocando o Pacto Nacional de 1943, recorreram à criação de milícias, a fim de garantirem seu posicionamento. Em resposta, drusos e muçulmanos agem da mesma forma. Configurou-se, assim, uma perigosa situação, em que os embates e enfrentamentos destes grupos religiosos, aliados ao fato de não mais se contar com o papel de moderador que era exercido pela França, dariam lugar à uma sangrenta e desordenada guerra civil, que iria devastar o Líbano, entre 1975 e 1991. (EDDÉ, 2001).

Temendo o fortalecimento da OLP (Organização para a Libertação da Palestina) e a presença de palestinos em grande quantidade na Jordânia, o Rei Hussein determinou que o exército jordaniano expulsasse os palestinos do país. Isto ocorreu em 1970, após terroristas palestinos levarem 3 aviões

sequestrados para Jordânia e a OLP impedir que o exército daquele país atuasse no incidente. O conflito que se seguiu tomou ares de guerra civil. O presidente da OLP – Yasser Arafat – jurou tirar o rei Hussein do poder. Porém, mesmo com forte apoio militar sírio à OLP, o exército jordaniano venceu e não restou outra alternativa a Arafat, senão a OLP instalar-se no Líbano.

O “Acordo do Cairo” que, desde 1969, autorizava a OLP a atuar em território libanês como grupo armado independente (MARTINS, 2016), firmado entre o Líbano e os palestinos criou as condições para o estabelecimento de uma situação inusitada no Líbano: “Um Estado dentro de outro Estado”. Nesse sentido, como resultado da criação e estabelecimento do Estado de Israel, conjugado com a ocupação deste sobre a Cisjordânia, e a derrota de Yasser Arafat pelo rei Hussein, a OLP (Organização para Libertação da Palestina) é transferida para o Líbano e Arafat é recebido de braços abertos por muçulmanos e drusos que, em meio a confrontos internos com os cristãos, intencionavam transformar a OLP em milícia particular.

Sendo assim, a partir de seus campos de refugiados no Líbano, os palestinos passam a combater Israel, inclusive com lançamento de foguetes e mísseis, provocando contra-ataques israelenses contra o território libanês ocupado pelos palestinos. Esta questão Palestina foi o estopim externo que contribuiu para que ocorresse um dos períodos mais tristes da história libanesa. Iniciou-se, assim, no dia 13 de abril de 1975, uma guerra que alguns denominaram de “guerra civil Libanesa”, enquanto outros preferiram chamá-la de “A guerra dos outros sobre território libanês”. (EDDÉ, 2001).

O resultado foi muito grave. O Líbano sofreu desde o mês de abril de 1975, uma guerra cruel que o dilacerou e o atirou num mar de sangue, de terror e de destruição; uma guerra desumana preparada e imposta por pessoas e nações obedecendo a planos elaborados num baixo espírito de ódio e de ambição. A morte que foi dada no Líbano indistintamente e de modo coletivo às populações civis desarmadas diz respeito à noção de crime contra a humanidade e de nenhuma maneira aos atos de guerra. Colocar esses crimes sob o sinal da Cruz, ou do Crescente, ou também da revolução (para os palestinos), torna esses crimes ainda mais odiosos. (EDDÉ, 2001, p. 260).

Segundo Demant (2013, p. 238): “O catalisador da guerra civil foi a

presença de algumas centenas de milhares de refugiados palestinos”. Além do mais, em resposta a uma “série de ‘atrocidades’ contra civis” israelenses, praticadas por grupos armados palestinos, se deu a primeira ocupação do Líbano por tropas israelenses em 1982. Nessa ocasião, a *Israel Defense Forces*⁵(IDF) ocupou o sul do país até o Rio Litani (MARTINS, 2016, p. 24).

Considera-se que o estopim do conflito interno libanês foram os protestos que se originaram de uma disputa pesqueira em Sidon. Tal evento levou ao confronto armado: a *Lebanese Armed Forces* (LAF) contra facções da OLP. Após isso, inexistiu uma lógica concreta durante todo o período da guerra civil. É fato que os cristãos tiveram como inimigos fixos os palestinos e os drusos, enquanto os muçulmanos faziam uma grande variedade de alianças. Até mesmo entre membros de um mesmo grupo religioso havia desavenças, como por exemplo, entre os dois maiores grupos xiitas – Amal e *Hezbollah*, que formaram milícias distintas. Além da violência extremada, não havia coerência nas interações. Os aliados de hoje poderiam estar se enfrentando no dia de amanhã. O ambiente era de guerra de todos contra todos. Paulatinamente, o território libanês foi sofrendo uma desordenada divisão. O que passou a ser relevante foram regiões de domínio de cada facção religiosa, que, logicamente, tornava-se território proibido para membros de milícias antagônicas. Na prática, passou-se a se dar pouca importância à divisão política por municípios e/ou províncias (DEMANT, 2013).

Importantes potências mundiais como França e Estados Unidos realizaram tentativas de intervir no conflito, no sentido de se buscar uma solução, mas todas as ações fracassaram.

Sob o argumento de retaliar os ataques da OLP, Israel invadiu o Líbano em 1978 e 1982. Tais ataques se constituíram no motivo externo para a criação do “*Hezbollah*”. O Irã do Aiatolá Khomeini, a partir de 1979, interveio em apoio aos xiitas libaneses contra a ameaça sionista. Com tal apoio, o “*Hezbollah*”, que foi organizado por membros da Guarda Revolucionária Iraniana, ganha força e a razão principal de sua própria existência: o combate a Israel.

A intervenção Síria foi a mais significativa de todas não só pela

⁵ Tradução livre: Forças de Defesa Israelenses.

duração, de 1976 a 2005, mas também pela influência direta no fim do conflito. Inicialmente, por solicitação do presidente libanês, as forças sírias invadiram o Líbano para combater a OLP e os Drusos, que já dominavam 80% do país. Contudo, com o desenrolar da guerra, aproveitando-se do enfraquecimento das milícias cristãs, os sírios impuseram os termos do acordo que pôs fim à guerra civil e lhes garantiu ingerência no poder político libanês (DEMANT, 2013).

O Acordo de Taif, de 1989, foi imposto pelos Sírios, que ocuparam militarmente o Líbano, entre 1976 a 2005, aproveitando-se do enfraquecimento estrutural deste (causado pela guerra civil em curso) e exercendo interferência tanto econômica quanto política sobre o Estado Libanês.

Tal acordo resultou na Carta Nacional de Reconciliação e incorporou-se à Constituição em 1990. Este fato significou uma solução à guerra civil libanesa, a qual devastou o país de 1975 até a ocorrência de tal acordo. Este acordo fez a divisão do número de deputados no Parlamento de forma igualitária entre cristãos e muçulmanos. Sendo assim, o tradicional favorecimento aos cristãos, que havia sido implantado por meio do Pacto Nacional de 1943, é abolido. (ROSA, 2019).

2.4 O HEZBOLLAH E A GUERRA LÍBANO-ISRAELENSE DE 2006

Tendo se firmado e conseguido prestígio perante a sociedade libanesa e de determinados setores das Forças Armadas Libanesas, o “*Hezbollah*” exerceu papel decisivo no combate contra Israel, por ocasião da invasão que este executou sobre o território libanês, no ano de 2006.

O “*Hezbollah*” é mais que uma força paramilitar; é tido como um partido político no Líbano e tem o apoio tanto de parte da sociedade libanesa quanto até mesmo de determinados setores da LAF, de forma não velada. Vejo como uma condicionante importante para se chegar à paz na região a absorção do “*Hezbollah*” pela LAF, algo difícil de ocorrer, principalmente devido à incipiente mentalidade de defesa que existe no Líbano. (CHAVES, 2019).

Desde a guerra Líbano-Israelense de 2006, ficou fortalecida a ideia de que o “*Hezbollah*” exerce o papel de “força de resistência” contra possíveis

invasões de Israel sobre seu território. Os detalhes destes fatos serão expostos a seguir.

2.4.1 O HEZBOLLAH

Com a criação de um partido de orientação fundamentalista islâmico, o Batalhão da Resistência Libanesa (AMAL), nos primeiros anos da década de 1960 pelo imã⁶ iraniano *Mussa Sadr*, foi dado voz ativa aos xiitas libaneses. Esse partido, cujo patrocinador era o líder líbio *Kadafi*, tinha como premissa que o *jihad* agrada a Deus e que Ele ajuda a quem ajuda a si mesmo. Porém, a constituição político-filosófica do partido, aliado às pressões dos demais grupos religiosos antagônicos, fez com que o AMAL se transformasse em milícia (DEMANT, 2013, p. 241).

De forma inesperada e revestida de violência rompe-se, em 1978, a aliança entre o AMAL e *Kadafi*. Por ordem do ditador líbio *Kadafi*, *Sadr*, o fundador do AMAL, foi fuzilado em Trípoli. Seu substituto foi *Nabih Berri*, que alterou a orientação política do partido, já que acreditava na democratização do Líbano (e não na islamização do Estado libanês), com representatividade para os xiitas e demais grupos. Tal mudança causou forte reação dos fundamentalistas xiitas, os quais criaram o “*Hezbollah*”, mirando-se, também, no êxito da revolução iraniana. (DEMANT, 2013, p. 241). Com a invasão israelense sobre o Líbano, em 1982, foi dada sustentação ao argumento fundamentalista e o “*hezbollah*” ganhou força, sendo aqui o marco do início de sua existência. (DEMANT, 2013).

Sendo a mais populosa de todas as dezessete religiões reconhecidas no Líbano, a comunidade xiita era inicialmente composta por camponeses e ficava concentrada no sul do país, próximo à fronteira com Israel. Ocupava, ainda, o Vale do Bekaa, na divisa com a Síria.

Nos dias atuais, há mais um local de importante concentração Xiita, que são os bairros mais pobres de Beirute. Embora numerosa, a população Xiita sempre foi a mais pobre e com menor representatividade (DEMANT, 2013).

⁶ Imã: Entre os xiitas, o imã é um iluminado que deve guiar todo o mundo islâmico em assuntos religiosos e seculares. (LEMOS, 2016).

Mesmo que Israel e alguns importantes atores da comunidade internacional considerem o “*Hezbollah*” como uma organização, o partido goza de grande importância política no Líbano e de prestígio junto à comunidade xiita. Em especial, nos bairros pobres de Beirute, onde o dinheiro arrecadado com as doações dos fieis é gerenciado pelo partido e empregado em saúde, educação e obras sociais diversas que o Estado libanês não tem sido capaz de realizar (DEMANT, 2013).

Conversando com a população local, por ocasião de sua permanência no Líbano no ano de 2018, o autor deste trabalho verificou que mesmo libaneses sunitas e drusos, e até mesmo muçulmanos não xiitas reconhecem a legitimidade e importância do “*Hezbollah*” como uma força paramilitar de resistência à ameaça representada por Israel. O autor constatou, também, o crescimento do “*Hezbollah*” como partido político, de acordo com a opinião pública local. Tais opiniões eram patentes e identificadas com certa facilidade quando no convívio com cristãos e muçulmanos libaneses em Beirute, fatos confirmados com o resultado das eleições parlamentares de 2018, onde o “*Hezbollah*”, aliado ao AMAL, ganhou mais da metade das 64 cadeiras destinadas aos muçulmanos no parlamento libanês. (ROSA, 2019).

Embora sabidamente a ONU anseie o desarmamento do “*Hezbollah*”, com o objetivo de que seja efetivada a autoridade das Forças Regulares do governo libanês sobre todo o seu território, tal fato é pouco provável de ocorrer, devido justamente ao crescimento de importância do “*Hezbollah*” como partido político e como força paramilitar no Líbano. (MARTINS, 2016, p. 42). Tal objetivo da ONU é baseado em preceitos cristãos ocidentais, os quais estão distantes da tradição tribal médio-oriental. Além disso, a segmentação religiosa tornou comum a formação de grupos armados não estatais ou governamentais, desde a gênese dos Estados no Oriente Médio.

Em 24 de outubro de 2017, por ocasião das consultas do Conselho de Segurança da ONU, todos os membros do Conselho enfatizaram a importância de se assessorar na capacitação da *Lebanese Army Force* (LAF).

Ressalta-se, ainda, que as consultas foram consensuais. Os Estados Unidos da América (EUA) verificaram a necessidade de se apoiarem as instituições do Líbano, ao mesmo tempo em que expressavam preocupação

com o fato de que o fortalecimento do “*Hezbollah*” enfraquece política e logisticamente a LAF, o que pode levar ao desencadeamento de um novo conflito com Israel. Na ocasião, foi externada a preocupação do “*Hezbollah*” ter se tornado um *stakeholder* regional após sua participação no conflito da Síria, em que sua participação foi de capital importância no combate ao grupo extremista “Estado Islâmico”.

O posicionamento unânime do Conselho apontou pela necessidade da LAF mostrar-se independente do “*Hezbollah*”, para assegurar a soberania do Estado Libanês. Toda essa pressão externa que o governo libanês está sofrendo, tem acarretado uma disputa de poder entre o “*Hezbollah*” e alguns setores da LAF.

O “*Hezbollah*” está maciçamente presente no sul do Líbano e constitui, hoje em dia, uma força de defesa “de fato”, uma vez que é o único grupo armado capaz de impor uma dissuasão crível a Israel. Em virtude disso, recebe o apoio velado tanto dos poderes políticos quanto, de uma maneira geral, do exército regular libanês. O cenário atual demonstra uma grande pressão dos EUA sobre o governo libanês e sobre a UNIFIL, para enfraquecer o “*Hezbollah*”, o que beneficiaria uma ação militar de Israel. Tal pressão é positiva, se levarmos em conta que a existência do *Hezbollah* é um fator que dificulta incutir uma mentalidade de defesa tanto nas Forças Armadas, quanto na própria sociedade libanesa. Além disso, a insistência de Israel em manter uma atitude hostil contra o Líbano só faz legitimar o grupo como uma verdadeira “força de resistência”, como costuma se auto intitular. Na atualidade, O maior temor dos EUA e seu aliado Israel é que o “*Hezbollah*” tenha força política suficiente para aprovar uma Estratégia Nacional de Defesa, cujo braço armado do Partido passe a ser oficialmente considerado como um exército regular, saindo assim da clandestinidade em que vive hoje.

2.4.2 A GUERRA LÍBANO-ISRAELENSE DE 2006

O estopim do conflito de 2006 foi o sequestro de dois militares da *Israel Defense Forces* (IDF), em 12 de julho de 2006, quando um grupo composto por integrantes do “*Hezbollah*” realiza uma incursão rápida no território de Israel, a partir de sua fronteira com o Líbano. Neste episódio, são sequestrados 2

militares da IDF, ocorrendo a morte de outros dois; e três ficam feridos (MARTINS, 2016). Como esperado, Israel reagiu rapidamente e de forma avassaladora.

Agindo de forma organizada, decorridos apenas 34 dias desde o início daquilo que seria a terceira invasão da IDF sobre o território libanês, foi imposto ao Líbano uma destruição da maior parte de sua infraestrutura, sendo que os bombardeios terrestres e aéreos realizados pelos israelenses levaram à inoperância do aeroporto de Beirute, assim como à interdição de estradas. Além disso, houve a interdição do espaço aéreo libanês e também foi imposto um bloqueio naval, que impedia a chegada até mesmo de alimentos pelo mar.

A reação libanesa de maior eficácia veio por meio do “*Hezbollah*”, que realizou diversos ataques com foguetes sobre regiões habitadas no norte de Israel. Mas como resultados dos constantes e organizados ataques israelenses sobre o território libanês, as principais rodovias ficaram interditadas, o comércio marítimo interrompido e o aeroporto de Beirute fechado. Além disso, os depósitos de combustíveis também foram tomados. Como consequência natural, a economia libanesa ficou estrangulada e a população libanesa, uma vez mais, sofria novamente um período de privações, com mais este conflito armado. (MARTINS, 2016).

Ainda assim, em nenhum momento o “*Hezbollah*” cessou suas incursões, executando uma guerra de guerrilha urbana, que infligia baixas aos israelenses. O conflito foi intenso, tombando mais de 1200 pessoas e ocasionando mais de um milhão de desabrigados. Este fato fez com que o Conselho de Segurança da ONU se reunisse em caráter emergencial em 11 de agosto de 2006, sendo emitida, assim, a Resolução 1701 (UNITED NATIONS, 2006b), pela qual ficaram definidos os seguintes pontos: Criação da FTM-UNIFIL, cessação imediata das hostilidades, retirada das tropas israelenses do sul do Líbano (substituindo-as por tropas da LAF e da UNIFIL), restabelecimento da autoridade do governo libanês em todo território; respeito aos limites estabelecidos pela Linha Azul; aumento do efetivo autorizado da UNIFIL ao máximo de 15 000 militares; controle de fronteiras com vistas ao impedimento do ingresso de armamento ou material correlato sem

consentimento do governo libanês. (MARTINS, 2016). Três dias após a emissão da Resolução 1701, o conflito cessou. Porém, seus resultados devem ser verificados com atenção. Destaca-se que não é possível dizer quem saiu vencedor ou obteve maior ganho ou menores perdas, já que o conflito de 2006 foi uma guerra onde, aparentemente, todos saíram perdendo. Israel, pela rapidez e riqueza de detalhes com que desenvolveu seu plano de invasão, deixou claro que a invasão já estava por ocorrer, e que o sequestro de seus militares foi apenas o motivo que faltava para os acontecimentos que se seguiram. Com isso, angariou o acirramento do sentimento de ódio ao Estado de Israel, por parte dos libaneses, e levou ao reconhecimento do “*Hezbollah*” como “a resistência”, por ter se retirado do território libanês sem que pudesse observar uma clara situação de vitória. Por outro lado, o “*Hezbollah*”, apesar do seu aumento de representatividade, também sofreu perdas de pessoal e material.

A consequência de maior importância do conflito, no âmbito deste trabalho, foi a criação da MTF – a primeira e única Força Tarefa Marítima Internacional, integrante de uma Operação de Paz e operando sob a égide da ONU (MARTINS, 2016). O bloqueio naval aos portos libaneses, estabelecido pela marinha israelense com a finalidade de impedir tráfico de armamento e materiais correlatos ao Líbano, levou ao estrangulamento da economia daquele país em poucos dias. O abastecimento de itens básicos para a população libanesa foi afetado de tal forma que, ainda que se tivesse dinheiro, não se tinha o que comprar no comércio local. Nesse sentido, o Primeiro-Ministro *Fouad Siniora*, em setembro de 2006, encaminhou uma carta ao Secretário-Geral da ONU, solicitando o estabelecimento de uma força naval de paz que pudesse substituir o bloqueio naval impetrado por Israel, com o mesmo propósito; e, concomitantemente, treinar a marinha libanesa até que ela mesma estivesse apta a desempenhar esse papel. Com a concordância de Israel (que já havia inclusive sofrido um ataque de um míssil C-802, lançado de terra pelo “*Hezbollah*” sobre a corveta israelense “*Haniit*”), o pedido foi atendido pela ONU.

O poderoso aparato de inteligência israelense não foi eficiente o bastante para detectar a capacidade do “*Hezbollah*” de atingir alvos navais com mísseis lançados de terra. Muito além das significantes e inesperadas perdas

humanas e quase afundamento de seu meio naval mais moderno e bem equipado, ficava patente para a Marinha Israelense que a continuidade do bloqueio naval implicaria em risco elevado de perda ou neutralização de seus navios (DEMANT, 2013).

Como desde então até o ano de 2017, houve um aparente recrudescimento das animosidades entre Israel e “*Hezbollah*”, torna-se mister colocar para análise neste trabalho a redução de meios vividos pela UNIFIL desde 2006, acentuando-se recentemente entre 2016 e 2017, após uma revisão estratégica que objetivou redução de custos, sem considerar os impactos operacionais das medidas tomadas.

Em 2006, do efetivo de 7.000 componentes, atingido logo no primeiro ano de existência (1978), a UNIFIL contava com apenas algo em torno de 2.000 às vésperas da 3ª invasão israelense sobre o território libanês (MARTINS, 2016). Ficava evidente de que o período longo de relativa estabilidade no sul do Líbano, de 2000 a 2006, levou ao enfraquecimento da UNIFIL.

Após 12 anos desde o cessar fogo de setembro de 2006, a região vive um dos períodos mais longos de paz relativa de sua história. Nesse sentido, uma vez mais, setores burocrático-administrativos do Departamento de Operações de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas, *Department of Peacekeeping Operations* (DPKO), por sua sigla em inglês – submete a UNIFIL e, em especial, a MTF à redução de seu poder bélico. O Comando da MTF entre 2017 e 2018, teve a incumbência de implementar as medidas de redução de custos da Força-Tarefa Marítima determinadas pelo relatório da revisão estratégica de 2016-2017. Resumidamente, teve lugar uma redução do número máximo de tripulantes por navios, chegando a um corte de até praticamente 20% para alguns Navios e limitando o tipo ou classe de navio possível de ser empregado, além de impedir que se agregassem capacidades extras aos meios, necessárias devido às especificidades da missão. (ROSA, 2019).

Procedendo-se um estudo sobre o contexto histórico aqui descrito, verifica-se que o Líbano é um Estado formado por uma aliança, por um Pacto Nacional, que resultou de duas renúncias: uma dos cristãos Maronitas, em

deixar de pedir proteção e auxílio aos ocidentais; e a outra dos Muçulmanos, deixando de lado a união árabe, que claramente rumava no sentido de se absorver a entidade libanesa na formação de uma Grande Síria. Mais tarde se concluiria que “duas negações não fazem uma Nação”. (EDDÉ, 2001).

Além disso, ficou patente o fato da influência das diversas religiões na formação deste complexo Estado Confessional que é o Líbano; característica esta que contribuiu para a ocorrência de vários conflitos internos e externos no país. Dentre eles, podem-se destacar a Guerra Civil de 1975 a 1991, que acabou se transformando em uma “Guerra de todos contra todos”, dilacerando e atirando o país num mar de sangue; as 3 (três) invasões israelenses, em 1978, 1982 e 2006, que também foram motivadas, na sua essência, por diferenças de orientações religiosas; e o conflito interno gerado pela situação da OLP dentro do Líbano, onde fica patente a situação particular de se ter um “Estado dentro de outro Estado”.

Aliados a estes fatos, percebe-se, ainda, os interesses externos de outros Estados sobre o Líbano, que também contribuem para a manutenção de um estado de tensão no país. É o caso, por exemplo, da influência iraniana, que financia o “*Hezbollah*”, a fim de manter a possibilidade de desfraldar, a partir do Líbano, ataques contra seu inimigo eterno: o Estado de Israel.

Em 29 de março de 1985, o Chefe da Igreja Católica, Papa João Paulo II, faz uma alocução ao Presidente da Câmara dos Deputados Libaneses, o Sr. *Houssein Alhussainy*, onde afirma que: “O respeito dos direitos, das tradições e das particularidades de cada comunidade deve constituir a originalidade da identidade Libanesa”. (EDDÉ, 2001). Tal afirmação do Pontífice de Roma é uma clara sugestão do retorno à situação existente antes do início das hostilidades. A guerra civil terminou, mas as diferenças religiosas e a ascensão do “*Hezbollah*”, firmando-se como uma força paramilitar atuante no Líbano, inclusive exercendo importante influência política nos rumos do país, faz com que fiquem cada vez mais distante de se alcançar “o respeito dos direitos de cada comunidade”, sugeridos pelo Papa João Paulo II.

3. O NASCIMENTO DA MTF-UNIFIL E SUAS TAREFAS

O ato de criação da FTM da UNIFIL foi decorrente de uma carta enviada ao Secretário Geral da ONU, no dia 6 de setembro de 2006, pelo então primeiro-ministro do Líbano, *Fouad Siniora*, onde o mesmo declara que as Forças Armadas Libanesas (LAF) não tinham capacidade de impedir a entrada de armas e material correlato através de sua fronteira marítima, o que era uma orientação do parágrafo 14 da Resolução 1701.

Sendo assim, Siniora solicita a criação de uma força tarefa marítima de paz, operando sob a égide da ONU e que fosse capacitada a cumprir tal tarefa. Além disso, ele também solicita em sua carta que fosse suspenso o bloqueio naval imposto por Israel desde o início das hostilidades, em 12 de julho de 2006, pois tal bloqueio estava ocasionando importantes danos à economia local libanesa.

Como *Siniora* habilmente evocou o item (f) do parágrafo 11 da resolução supracitada, à qual determinava à UNIFIL “assistir” o Governo libanês, conforme requerido, na implementação do parágrafo 14 (UNITED NATIONS, 2006b, p. 3), sua solicitação foi prontamente atendida pela ONU. Assim, apenas um dia após o envio da carta de *Siniora*, já cômico de que tal solicitação seria atendida, o governo israelense suspendeu o bloqueio naval que havia sido imposto.

Foi assim que, em 18 de setembro do mesmo ano, sob o Comando de um Almirante da Itália, uma Força Naval, ainda interina, começou a cumprir as tarefas atinentes e previstas na Resolução 1701. Em 15 de outubro, a FTM-UNIFIL, já estruturada com 18 navios e sob o Comando de um Almirante alemão, passou a cumprir as tarefas que até então vinham sendo desempenhadas pela Força Naval Interina.

A partir dessa data e até 2011, Alemanha, Bélgica, França e Itália exerceram o Comando da FTM da UNIFIL sucessivamente, sendo que a Itália foi o país que deteve o Comando por mais tempo, neste período, tendo ficado dois anos nesta posição, desde dezembro de 2009 até fevereiro de 2011, quando o Brasil, no dia 24 deste mesmo mês, assumiu o Comando da FTM, que permanece sob às ordens de um almirante brasileiro até os dias atuais. (UNITED [...], 2018).

Importante salientar que a FTM não substitui a marinha libanesa em suas atribuições. Seu papel é de assistir ao Líbano no cumprimento das tarefas correlatas ao ambiente naval e descritas na Resolução 1701 (UNITED NATIONS, 2006b). Não é citado na referida Resolução nenhuma atividade que diga respeito a aspectos relacionados à soberania e questões fronteiriças, sendo o apoio voltado única e exclusivamente para o impedimento de entradas de armas e material correlato, por via marítima, no Líbano, além de assessorar a marinha libanesa no treinamento e preparação de seu pessoal para assumir as tarefas da FTM da UNIFIL, assim que estiver capacitada para tal, tanto com meios materiais quanto com pessoal devidamente qualificado. (UNITED NATIONS, 2006a, p. 9).

Com relação às tarefas atribuídas à FTM, podemos separá-las em dois grandes grupos: as tarefas principais e as secundárias. O estudo e entendimento de tais tarefas serão de importância capital para este trabalho, já que se pretende demonstrar como se irá influenciar e estimular tanto a marinha quanto a própria sociedade libanesa, objetivando nelas incutir uma mentalidade de defesa que permita a realização de negócios entre a BID brasileira e a marinha libanesa, relativos ao setor de defesa.

Nesse sentido, pode-se afirmar que as tarefas principais são aquelas advindas diretamente da Carta do então Primeiro-Ministro libanês, *Fouad Siniora*, qual seja prestar apoio à marinha libanesa, realizando Operações de Interdição Marítima, além de prestar assessoria de adestramento de seu pessoal, qualificando-o para exercer funções a bordo de seus Navios, com a finalidade de contribuir para impedir a entrada de armas e materiais correlatos não autorizados no Líbano, por via marítima, propiciando segurança marítima adequada nas águas jurisdicionais libanesas. (UNITED NATIONS, 2006b).

As tarefas secundárias têm como objetivo utilizar os navios da FTM, que estejam operando no litoral do Líbano, em proveito da realização de tarefas que possam executar sem prejuízo das tarefas tidas como sendo principais. Ou seja, estas tarefas secundárias são atinentes à vigilância do ambiente aéreo, cujos dados são reportados para o *Force Commander* da

UNIFIL e também às operações de socorro e salvamento (SAR), da sigla em inglês *Search and Rescue*⁷, de embarcações sinistradas na Área Marítima de Operações (AMO), apoiando, assim, a marinha libanesa. Além disso, observa-se a parca capacidade da marinha libanesa em cumprir suas tarefas, quando os Navios da FTM são solicitados a prover apoio em atividades de segurança durante a realização das reuniões denominadas *Tripartite meeting*⁸.

Do estudo das tarefas principais e secundárias atribuídas à FTM da UNIFIL, depreende-se de forma clara que não compete ao Comandante da FTM o conjunto de tarefas atinentes à defesa da soberania libanesa, nem tampouco assuntos relacionados aos limites fronteiriços do Líbano, sejam estas fronteiras terrestres ou marítimas. Importante pontuar estas questões, já que o autor, que teve a oportunidade de participar da missão da FTM, atuando como Chefe do Estado Maior, durante o período de um ano (fevereiro de 2018 a fevereiro de 2019), a bordo do Navio-Capitânea, percebeu, por diversas vezes, a tentativa, por parte tanto de autoridades da marinha libanesa, quanto por parte da marinha israelense, de se imputar tais tarefas a Navios da FTM, solicitando que os mesmos intervissem a favor de um ou outro país, com relação às disputas relacionadas às fronteiras marítimas entre as duas nações. Baseando-se nos documentos de criação da FTM, conseguiu-se mostrar a ambos os lados que a FTM, assim como a UNIFIL, mantém sua imparcialidade nestas questões, cumprindo unicamente as tarefas para as quais foi criada.

Para que se tenha conhecimento da magnitude e da importância da FTM, assim como propiciar a compreensão dos interesses envolvidos pelos países participantes da missão, torna-se necessário apresentar os diagramas em bloco a seguir, no intuito inclusive, de que o leitor se situe sobre a relação de subordinação e de nível de influência da FTM e dos países que participam da missão.

Nesse sentido, abaixo se verifica o diagrama representativo da estrutura da UNIFIL e o respectivo posicionamento da FTM (que em inglês tem a designação de MTF – *Maritime Task Force*), podendo-se observar a relação direta de subordinação existente entre esta e o Comandante geral da UNIFIL, o

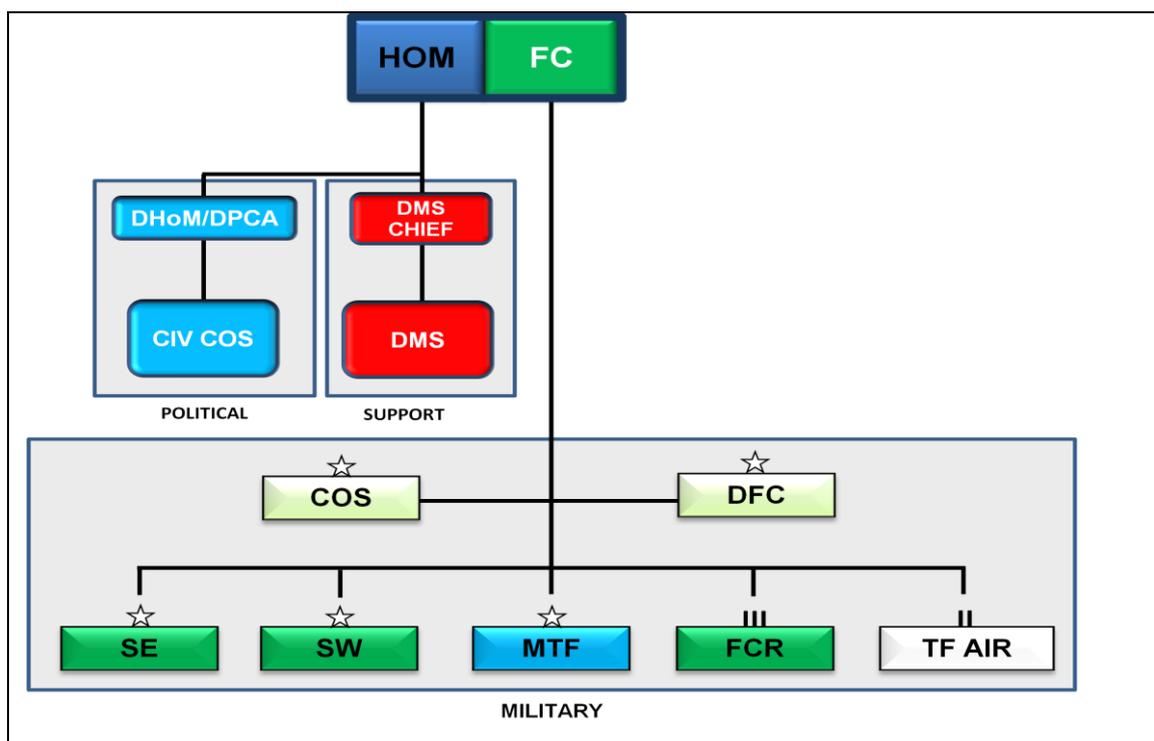
⁷ *Search and Rescue*: busca e salvamento (tradução livre).

⁸ *Tripartite meeting* são reuniões presididas pelo *Force Commander* da UNIFIL, e que ocorrem periodicamente entre as Forças Armadas Libanesas (LAF) e as Forças de Defesa Israelenses (IDF). (ROSA, 2019).

Force Commander. Para que se compreenda este diagrama em nível macro, o Comandante da Missão assume simultaneamente dois papéis: o de “*Force Commander*” (FC), que é responsável pelo componente militar, e o de “*Head of Mission*” (HOM), que é o responsável pelo componente Civil de apoio à Missão. As demais particularidades e setores do diagrama não são de relevância para o estudo em questão, sendo dispensável seu exame e entendimento detalhado.

Observando-se a Figura 1, nota-se que o fato de o Comandante da FTM (MTF – *Maritime Task Force*) ser subordinado diretamente ao Comandante da UNIFIL lhe proporciona a possibilidade de influenciar em diversos aspectos da missão, inclusive políticos, já que o *Force Commander* (FC) e o *Head of Mission* (HOM) da UNIFIL são a mesma pessoa. Tal constatação se reveste de especial importância para este trabalho, conforme se verificará posteriormente.

Figura 1: Diagrama Simplificado da UNIFIL

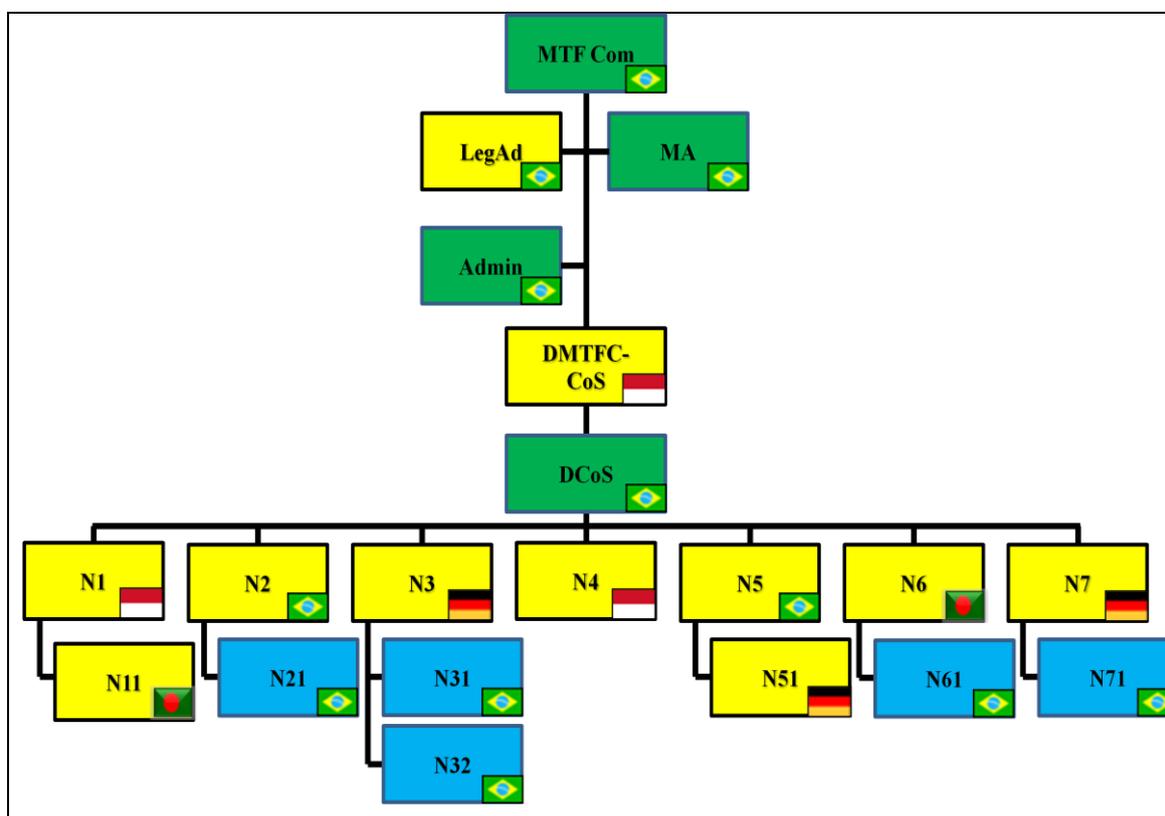


FONTE: SOUZA, 2019 b.

Sobre a estrutura da FTM (Força Tarefa Marítima), é importante observar que o MTF Com (sigla em inglês que significa *Maritime Task Force*

*Commander*⁹) possui um Estado Maior multinacional, composto por Oficiais e praças de diversas nacionalidades. Assim, pode-se notar, na figura 2, de acordo com as pequenas bandeiras de cada país, colocadas no interior de cada bloco do diagrama abaixo, que, atualmente, os seguintes países compõem o Estado Maior da FTM: Alemanha, Bangladesh, Brasil, e Indonésia. Nota-se, também, que o Brasil detém 12 (doze) cargos dos 20 (vinte) existentes na FTM da UNIFIL, enquanto que a Alemanha e Indonésia detêm três cargos cada país e Bangladesh detém dois cargos, o que é natural, pelo fato do Brasil ter o Comando da FTM e o fato de possuir mais cargos é um elemento facilitador, nesse sentido.

Figura 2: Composição da FTM



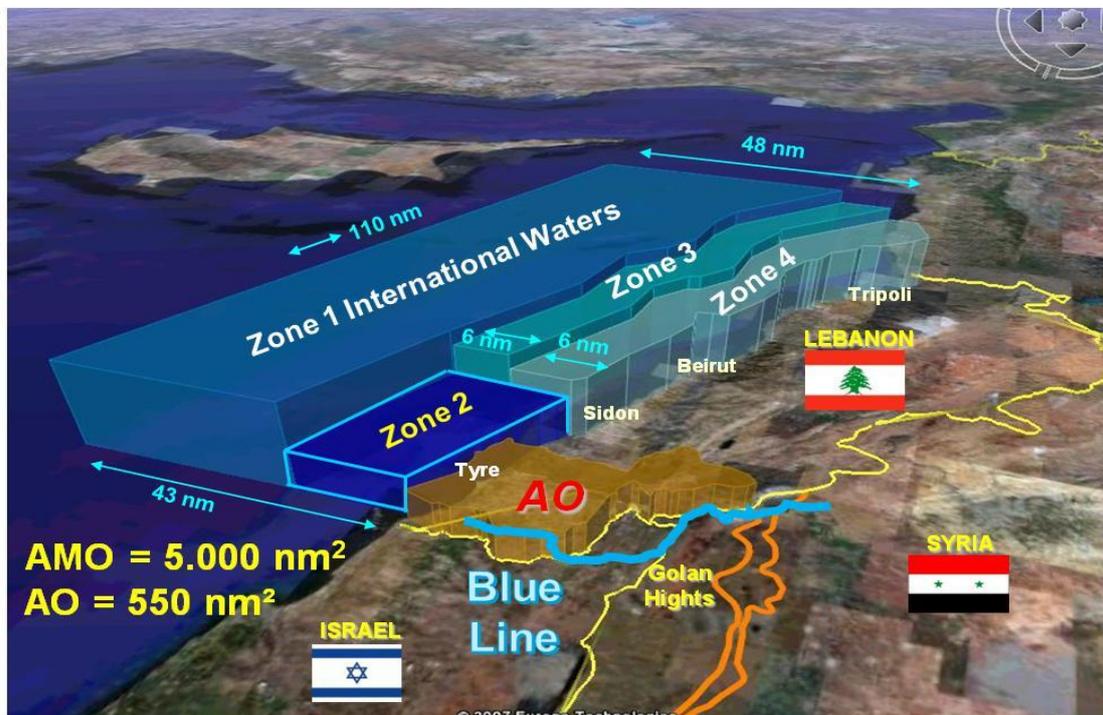
FONTE: SOUZA, 2019 b.

Nas imediações de uma região belicosa como é o Oriente Médio, está situada a Área Marítima de Operações (AMO) em que atua a FTM. A Área em questão é limitada por um setor adjacente ao litoral do Líbano, compreendendo

⁹ *Maritime Task Force Commander* : Comandante da Força Tarefa Marítima (Tradução livre).

uma área de aproximadamente 5.000 milhas náuticas quadradas, conforme se pode observar na figura 3, a seguir:

Figura 3: Área Marítima de Operações



FONTE: SOUZA, 2019 b.

Para que se tenha noção da extensão desta área, basta compará-la com o tamanho da área de operações terrestre, que é de 550 milhas náuticas quadradas. Ou seja, o tamanho da área marítima de operações é praticamente dez vezes superior à área que se opera em terra. Outro fato importante a se analisar é a proximidade da AMO em relação ao mar territorial de Israel. Desde o ano de 2011, em praticamente todos os anos em que a Marinha do Brasil vem participando como Comandante da FTM, aconteceram vários incidentes entre unidades israelenses (tanto navios quanto aeronaves) e os navios da FTM. Os eventos vão desde aproximações inseguras entre navios, sobrevoos a baixa altura de aeronaves israelenses, até as constantes entradas em águas territoriais libanesas sem prévia identificação. Importante colocar aqui que nenhuma dessas ocorrências trouxe consequências maiores (MARTINS, 2016). Em conversas com militares componentes de Estados maiores de outros

países participantes da missão, o autor pôde perceber que a capacidade de dialogar e o carisma dos Oficiais brasileiros que participam da missão em muito contribuem para que as diversas situações de tensão que ocorrem durante a missão sejam apaziguadas.

Analisando-se tais fatos, percebe-se que uma consequência natural dos elementos supracitados é que a Marinha do Brasil tenha uma ascendência e uma influência mais significativa que as demais sobre a Marinha libanesa, já que as tratativas de como se proceder em diversos procedimentos operativos, e também administrativos, são tratados diretamente entre os respectivos Estados Maiores destas marinhas. Tal fato se reveste de singular importância para este trabalho, já que um de seus objetivos é demonstrar a capacidade de melhorar a mentalidade de defesa da marinha libanesa, o que pode ser facilitado, por meio da atuação da FTM.

4. CENÁRIO POLÍTICO INTERNO E EXTERNO DO LÍBANO

Estudar-se-á neste capítulo os fatos mais atualizados sobre as Políticas interna e externa libanesas. Buscar-se-á associar e compreender as complexas relações político – institucionais vigentes no Líbano, assim como a inserção do “*Hezbollah*” como peça fundamental deste tabuleiro de xadrez. Neste contexto, as Forças Armadas Libanesas, que também estão presentes neste jogo, são as forças regulares do Governo, embora veladamente todos reconheçam as forças do “*Hezbollah*” como sendo de fundamental importância na defesa do território libanês, como se verá adiante.

4.1 CENÁRIO POLÍTICO INTERNO

Após o período de vacância presidencial, que perdurou desde 25 de maio de 2014 a 31 de outubro de 2016, sagra-se vencedor e assume como novo Presidente do Líbano o candidato do Movimento Patriótico Livre (FPM, da sigla em inglês *Free Patriotic Movement*), o cristão maronita *Michel Aoun*. Essa vitória de *Aoun* foi alcançada com o apoio de *Samir Geagea*, líder do Partido das Forças Libanesas, e do ex-Primeiro-Ministro *Saad Hariri*, que lidera a Aliança 14 de Março. Como Presidente eleito, *Aoun* indica *Hariri* para atuar como seu Primeiro-Ministro, ato que foi ratificado pelo Parlamento libanês.

Neste grande acordo político, a Aliança 8 de Março, partido político liderado por xiitas membros do “*Hezbollah*”, levou grande vantagem, pois protagonizou o processo deste acordo político e viu-se com importante projeção, tanto a nível nacional quanto internacional. Tal ocorrência contribuiu para diminuir a influência da Arábia Saudita, sabidamente de maioria Sunita, e aumentar a participação ativa do Irã, de predominância xiita, nos assuntos libaneses, já que a Aliança 8 de março, sob o comando do “*Hezbollah*”, passou a ter importante representação no novo gabinete ministerial.

A nova lei eleitoral no Líbano foi aprovada em junho de 2017, em substituição ao antigo sistema “vencedor leva tudo”, passando a existir, a partir de então, uma representação parlamentar proporcional, entre as dezoito seitas reconhecidas no país. Sendo assim, seus 128 assentos parlamentares são divididos igualmente entre muçulmanos e cristãos, um acordo único na região.

Esse novo sistema eleitoral rompeu com a tradicional bipolaridade política entre a Aliança 8 de Março (xiitas pró-Irã) e a Aliança 14 de Março (sunitas pró-Arábia Saudita). (ROSA, 2019).

Questões importantes que devem ser deliberadas pelo novo Parlamento são aquelas de caráter sectárias; ou seja, a anistia aos combatentes sunitas, que cometeram crimes de guerra durante a guerra civil, a aprovação da Estratégia Nacional de Defesa libanesa, onde o “*Hezbollah*” almeja ser considerado como uma força armada paralela e regular no Líbano; ou, ainda, ser incorporado à LAF. Existe, também, a situação indefinida sobre a transferência da cidadania libanesa das mães para os filhos, a ser debatida para que se chegue a um consenso e decisão.

4.2 CENÁRIO POLÍTICO EXTERNO

Em reunião do Conselho de Segurança da ONU, em 24 de outubro de 2017, Os EUA citaram a importância de se prover apoio às instituições do Líbano, e, concomitantemente, expressaram preocupação com o fortalecimento do “*Hezbollah*”, pois avaliou que tal fato enfraquece política e logisticamente a LAF, o que pode desencadear um novo conflito entre libaneses e israelenses. Tais colocações foram apoiadas por todo o Conselho de Segurança, de forma unânime. Conclui-se, pois, que a LAF deve ser fortalecida e demonstrar total independência do “*Hezbollah*”, sendo totalmente capaz de assegurar a soberania do Estado Libanês. Com tal pressão externa ao qual o governo libanês foi submetido, observou-se uma disputa de poder entre a LAF e o “*Hezbollah*”, que se faz presente de forma maciça no sul do Líbano e é reconhecido hoje em dia, pela própria sociedade libanesa, como uma força de defesa ‘de fato’, uma vez que é reconhecido pela Sociedade libanesa, e mesmo por setores da LAF, como o único grupo armado capaz de impor uma dissuasão efetiva a Israel, como constatou o autor em conversas com diferentes grupos de libaneses em sua estadia no país em 2018.

Sendo assim, o “Partido de Deus” recebe o apoio velado tanto dos poderes políticos quanto do exército regular libanês. Porém, os EUA pressionam o governo libanês, e também a UNIFIL, para que se haja no sentido de se enfraquecer o “*Hezbollah*”. Mas a situação não é tão simples,

pois um eventual enfraquecimento considerável do “*Hezbollah*” poderia beneficiar e encorajar Israel a desferir uma ação militar contra o Líbano. Soma-se a isso o fato de que Israel mantém, de forma sistemática, uma atitude hostil contra o Líbano, o que legitima o grupo extremista Xiita como uma verdadeira “força de resistência”, como costumeiramente define seu líder, *Hassan Nasrallah*. A preocupação maior, tanto de Israel quanto de seu aliado americano, é o fato do “*Hezbollah*” conseguir ser reconhecido, por meio da aprovação de uma Estratégia Nacional de Defesa, no parlamento libanês, como sendo uma força regular no Líbano. Importante mencionar que o “*Hezbollah*” é reconhecido como um partido político no Líbano e que, nas eleições de 06 de maio de 2018, conquistou 22 cadeiras das 128 do Parlamento Libanês. Contando com seu maior aliado, o partido AMAL, que conseguiu ter 17 assentos garantidos no mesmo pleito, depreende-se que, unidos, conseguem 39 votos dos 128 possíveis, o que é realmente motivo de preocupações por parte de americanos e israelenses. (ROSA, 2019).

Vale lembrar que, independente de ideologias ou crenças, o “*Hezbollah*” é um grupo extremamente violento, como se pode confirmar em diversas ações de características terroristas do grupo.

O objetivo do *Hezbollah*, expresso de forma irrefutável e enérgica era o de alijamento das influências externas e de criação de um Líbano independente e islâmico. O clero muçulmano, os políticos seculares e os jornalistas agitadores, todos vocalizaram estridente oposição aos Estados Unidos e Israel em particular. Cedo, o partido recebeu apoio do regime fundamentalista do Irã. **Os elementos mais extremistas dentro do *Hezbollah* não perderam tempo para ir além da propaganda, da intimidação e da coerção e chegar às táticas violentas terroristas tais como assassinatos, fustigação dos assentamentos israelenses, sequestro de aviões e explosões suicidas.** (WHITTAKER, 2005, p. 91, grifo nosso).

E as preocupações do Governo Libanês não se resumem apenas ao “*Hezbollah*”, pois a questão palestina, com a presença da OLP no Líbano, tendo a situação vigente de “um Estado dentro de outro Estado”, trazem mais violência e intolerância ao país, já tão dilacerado por incessantes conflitos.

O final da Guerra da Palestina só se tornará uma realidade quando israelenses e palestinos aceitarem conviver lado a lado, reconhecendo e cumprindo as leis e tratados internacionais, e perdendo os excessos e incompreensões do passado. (GATAAZ, 2002, p. 222).

Ainda com relação às eleições de 06 de maio de 2018, o líder do Partido AMAL, *Nabi Berri*, foi reeleito para o cargo de Presidente do Parlamento e o líder sunita *Saad Hariri* foi escolhido para seguir ocupando a posição de Primeiro-Ministro. Sendo assim, tiveram início as negociações para formação do novo ministério libanês.

Após vários meses de negociações e conflitos de interesses, 1º de fevereiro de 2019, o novo ministério foi anunciado pelo Primeiro-Ministro *Hariri*, que afirmou ser a economia o maior desafio do novo governo, deixando patente que reformas eram necessárias para se recuperar as finanças públicas e se ter acesso a bilhões de dólares em ajuda e empréstimos já prometidos pela Comunidade Internacional, a fim de que o país volte a crescer. O novo gabinete ministerial assume com um Líbano que possui uma dívida pública de US\$ 84 bilhões, que representa 150% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional, e com uma taxa de desemprego em torno de 36%. Em um país que possui uma população aproximada de 4 milhões de pessoas, o Líbano abriga em torno de mais de 1 milhão de sírios refugiados, o que lhe traz sérios problemas de infraestrutura.

Nesse sentido, assim ficou formado o novo Gabinete ministerial Libanês, citando-se a seguir os principais cargos: *Elias Bou Saab* ficou encarregado da pasta da Defesa; *Gebran Bassil*, afilado ao Movimento Patriótico Livre, como Ministro das Relações Exteriores; *Ali Hasan Khalil* foi nomeado Ministro das Finanças; *Jamil Jabak*, que já foi afiliado ao “*Hezbollah*”, como Ministro da Saúde; e *Rayan Al-Hasan*, como Ministra do Interior, sendo a primeira mulher na história do Líbano a ocupar tal cargo. A composição do governo advém do sistema de compartilhamento de poder do Líbano, e dos resultados do pleito realizado em 06 de maio de 2018. A coalizão de 8 de março obteve 18 assentos no parlamento e a coalizão de 14 de março assegurou apenas 12 lugares. Isso mostra como a ‘velha política’ perdeu força e, mais ainda, como o Partido de Deus, o “*Hezbollah*” desponta como um ator

importante nesta nova conjuntura. Para citar-se apenas um fato, o Ministério da Saúde, que ficou sob a responsabilidade de um 'ex-integrante' do "Hezbollah", representa o quarto maior orçamento do Gabinete Ministerial do Líbano; um fator econômico de poder considerável. O presidente *Michel Aoun*, que é representante do Movimento Patriótico Livre, tem a maior representação desde o Acordo de Taif de 1989. Seguindo-se a ele, em ordem de representatividade, tem-se o Movimento Futuro do Primeiro- Ministro *Saad Hariri*, as Forças Libanesas (no Líbano, as Forças Armadas possuem um partido político a elas associado), e a coligação "Hezbollah/Hamal".

Observa-se que, em setembro de 2018, os EUA notificaram ao Líbano que iriam efetuar cortes significativos, caso fossem destinados Ministérios importantes ao "Hezbollah" e que o Departamento de Justiça dos EUA considera o "Hezbollah" como uma organização criminosa transnacional. A política norte-americana, com relação a este tema, tem sido cortar todas as finanças que possam estar sendo canalizadas para o "Hezbollah". Autoridades de Washington já haviam avisado que a concessão de certos ministérios ao "Hezbollah" traria repercussões negativas no financiamento de Instituições do Estado libanês, assim como também para o Exército Libanês. Além disso, o fato de se atribuírem ao "Hezbollah" ministérios que detém grande aporte financeiro pode impedir a realização de negócios entre o Líbano e investidores estrangeiros.

Tal situação foi contornada politicamente, destinando-se o Ministério da Saúde a um 'ex-integrante' do Partido de Deus, o que não agradou completamente nem aos EUA nem ao "Hezbollah", mas que foi aceito por ambos. Fato notório a se considerar é que o novo Ministro é médico cardiologista e cuidou da saúde do líder máximo do "Hezbollah" no Líbano, *Hassan Nasrallah* até 2006. (ROSA, 2019).

Procedendo-se a uma análise dos fatos acima mencionados, uma das conclusões a que se pode chegar é que o "Hezbollah" é um grupo que atualmente tem grande influência política no Líbano, pois é considerado e reconhecido, tanto pela Sociedade libanesa quanto por setores específicos da LAF, como sendo um ator atuante e que tem a capacidade de promover ações de dissuasão à uma possível intervenção de Israel sobre o Líbano. Tamanha é a influência deste grupo nos assuntos tanto de política interna quanto externa

no país, que é considerado um Partido político libanês, com representação e força para interferir inclusive em decisões governamentais. Um fato que demonstra isto de forma clara é a ocupação de uma das pastas mais importantes do Gabinete ministerial libanês, que é o Ministério da Saúde, por um “ex-integrante” do “*Hezbollah*”. Importante lembrar-se o fato de que o Ministério da Saúde detém o quarto maior orçamento do Gabinete ministerial libanês.

Inevitavelmente, por irradiar-se através das fronteiras do Líbano, a positividade do ‘*Hezbollah*’ é encarada pelo Ocidente como ‘terrorismo’ sem compromissos que se baseia no sacrifício, nas missões suicidas e nos mártires. Em muitas partes do mundo árabe, no entanto, os terroristas do ‘*Hezbollah*’ são venerados como líderes dos “fieis”. (WITTAKER, 2005, p. 96).

Conclui-se, ainda, que o “Partido de Deus”, que notoriamente age de forma violenta para chegar aos seus objetivos, sendo considerado como um grupo terrorista pelos Estados Unidos da América, não deixa de ser uma força de equilíbrio na região, já que se observou, também, a incapacidade da LAF em cumprir seu papel constitucional de garantir a soberania do país, por meio de uma defesa apropriada e que traga condições básicas de segurança ao Estado libanês. Além disso, existe a predisposição continuada de Israel de resolver as questões de forma belicosa, o que reforça o pensamento de *Nassan Nasrallah*, líder Xiita do “*Hezbollah*”, com relação à importância de se ter a capacidade de resistência oferecida pelo seu grupo extremista.

Tal assunto foi discutido, inclusive, no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, como visto anteriormente, onde chegou-se ao consenso da necessidade de se ajudar às Forças Armadas libanesas, a fim de que estas tenham como prover a defesa adequada ao Líbano e, por conseguinte, o “*Hezbollah*” seja enfraquecido.

Continuando-se a analisar estes fatos, verifica-se que, caso a LAF, à qual compreende também a Marinha Libanesa, seja capaz de cumprir suas tarefas correlatas, o “*Hezbollah*” deixa de ser uma ‘necessidade’ para o equilíbrio de forças nesta conflituosa região Médio-Oriental do planeta.

A parca mentalidade de Defesa libanesa é associada ao fato do poder político ter sido distribuído de forma sectária naquele país, já que historicamente os fatores religiosos tiveram sempre uma influência definitiva nos assuntos tanto da política interna quanto externa do Líbano. E é exatamente neste ambiente que nasce e se estabelece o “*Hezbollah*”.

Em outras palavras, o Pacto Nacional, que estabeleceu a fórmula aritmética oficial para a distribuição do poder político com base sectária, é uma constante que não pode ser submetida a mudanças, segundo os cristãos; ao passo que é uma doutrina inválida, ultrapassada pelo tempo e pela realidade, na opinião dos muçulmanos.

Tais perspectivas paradoxais sobre a fundação do sistema político libanês respondem pelas arraigadas tensões na sociedade. Qualquer diminuição dos poderes cristãos corresponde a aumento dos poderes dos muçulmanos, e vice-versa. Além do mais, quem deve dizer como distribuir o poder dentro da comunidade muçulmana? As relações dentro da fé muçulmana estão longe de harmoniosas. É quase impossível chegar-se a uma fórmula que satisfaça simultaneamente todas as seitas.

O *Hezbollah* é o produto de tensões e conflitos dentro da comunidade xiita. As causas de sua emergência têm raízes profundas nas condições nativas dos libaneses e no rescaldo da invasão israelense do Líbano em 1982. (WITTAKER, 2005, p. 97).

Mas, como verificado anteriormente, existe uma questão fundamental para se compreender esta situação particular: a própria sociedade libanesa e mesmo Setores da própria LAF reconhecem a importância do “*Hezbollah*” para que seja mantido um equilíbrio de forças regional. É este o ponto nevrálgico que deve ser aqui ser levado em conta, haja vista ser este um fator fundamental para este trabalho. Como é possível quebrar este círculo vicioso, onde a incapacidade da LAF em cumprir suas atribuições, acaba por determinar a própria ‘necessidade’ de existência do “*Hezbollah*”? É na resposta a esta pergunta que este trabalho encontra o seu pilar de sustentação principal, pois, para se atingir tais objetivos, é crível concluir-se que se torna mister a melhoria da mentalidade de Defesa no Líbano, com a conseqüente criação de condições para que o setor de Defesa libanês seja autossuficiente e plenamente capaz de manter a soberania do país, gerando a sensação de segurança na sociedade.

Recentemente, em 04 de dezembro de 2018, foram descobertos túneis transfronteiriços entre o Líbano e Israel. Tal fato fez com que Israel desfraldasse a Operação *Northern Shield*, com a finalidade de destruir os referidos túneis, que teriam sido construídos pelo “*Hezbollah*”, segundo Israel. O porta-voz da IDF, brigadeiro general *Ronen Manelis*, declarou que “a escavação de tais túneis se constitui em uma flagrante violação da soberania israelense”.

De acordo com a declaração do porta-voz, o primeiro túnel descoberto originava-se na aldeia xiita de *Aita Al-Shaab* no Líbano, cruzando para o território israelense. Este túnel foi destruído com um dispositivo explosivo, tendo sido um aviso enviado aos chefes das autoridades competentes e às forças de paz das Nações Unidas da UNIFIL.

Conforme dito pelo porta-voz israelense à época, o governo libanês era responsável por tudo o que ocorria em seu território e a escavação dos túneis mostrava que as Forças Armadas Libanesas não são capazes de controlar o que ocorre no sul do Líbano. *Manelis* afirmou, ainda, que tais fatos eram uma prova a mais das graves violações à Resolução 1701, por parte do “*Hezbollah*” e que isto só prejudicaria o Estado libanês e seus cidadãos. (ROSA, 2019).

5. A MENTALIDADE DE DEFESA DA MARINHA E DA SOCIEDADE LIBANESAS

Os ambientes Social e político nos quais está inserido o Estado libanês resultou em uma mentalidade de defesa deficiente. Lá existem importantes influências tanto religiosas quanto externas, com diversos interesses envolvidos, aliados à presença do “*Hezbollah*” nas decisões inclusive políticas dos rumos que o país deve tomar. Tais fatos serão demonstrados adiante.

5.1 MEIOS DA MARINHA LIBANESA

Com a finalidade de verificar-se qual o grau de preocupação do Estado libanês com seu setor de Defesa, torna-se imperativo analisar-se a situação atual da quantidade e qualidade dos meios disponíveis em suas Forças Armadas.

Para tal, torna-se mister apresentar os meios atuais existentes na Marinha do Líbano, bem como proceder-se a uma análise destes dados apresentados na figura 4:

Figura 4: Meios da Marinha do Líbano

UNIT	Class	Displacement	Draught	Status	Material	Crew	Training / Certification	Way ahead
SOUR	LCU	386	1,3		engine defect			no ETBOL, due to missing budget
DAMOUR	LCU	386	1,3		missing SOLAS equipment; refurbishment bridge postponed until final refurbishment of NAKOURA		no re-certification by CTG 448.03 possible, until unit equipped with SOLAS means	next unit to be scheduled for certification
TRABLOUS	OPV	265	2		jet drive leakage, ship can move in restricted manner, but not sail			plan where (CYP, TUR, LBN) / when to conduct the repairs tbd by LAF-N
TABARJA	LNS	100	1,7		operational	certiefied AUG 2018	certiefied AUG 2018	stay operable as long as other units are limited
NAKOURA	LNS	65	1,45		upgrade bridge postponed; port side gear box (no ETBOL)		certified for MIO JAN 2019	
SAIDA	PB	35	0,85					
SARAFAND	PB	35	0,85					
SANNINE	FPB	35	0,85					
BEIRUT	PB	35	0,85					
JOUNIEH	PB	35	0,85					
BATROUN	PB	35	0,85					
JBEIL	PB	35	0,85					

FONTE: SOUZA, 2019 a.

CÓDIGO DE CORES:



- Meios indisponíveis, com avarias graves¹⁰;



- Meios indisponíveis, com avarias moderadas¹¹;



- Meios disponíveis.

5.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CAPACIDADES DA MARINHA DO LÍBANO

Procedendo-se a um estudo da tabela acima, verifica-se que a quantidade dos meios da Marinha Libanesa é limitada, pois Possui apenas doze navios, conforme exposto na figura anterior, na coluna *UNIT* (unidades). Existem três unidades com avarias graves, o que significa que, na conjuntura atual, têm-se disponíveis, apenas nove navios.

Outro fator importante a ser levado em consideração nesta análise é o “deslocamento” (em toneladas) destas unidades, os quais são, em sua maioria, inferiores a 386 toneladas. Isso significa dizer que os navios possuem pouca capacidade de permanecer no mar, em condições severas, com ondas superiores a três metros de altura, já que, também facilmente detectável na tabela supracitada, os calados (profundidade existente entre a superfície da água e a parte mais inferior de uma embarcação) respectivos destas embarcações são 1,7 metros, o que fazem com que as mesmas possuam uma estabilidade limitada, não sendo indicadas para navegar em condições meteorológicas desfavoráveis, pois existe o risco, caso o façam, das embarcações emborcarem, levando sérios riscos às suas tripulações.

Além dos fatos elencados, é importante lembrar a necessidade do adequado preparo dos homens que irão guarnecer os navios. Do quadro

¹⁰ Avaria grave – É aquela que, por impedir a operação de determinado material, torna indisponível o meio para a execução de suas tarefas. (EMA 420, p. 3-14).

¹¹ Avaria moderada – É aquela que, por impedir a operação de determinado material, torna indisponível um sistema do meio. (EMA 420, P. 3-14).

apresentado anteriormente, conclui-se que apenas 2 navios (LNS TABARJA e LNS NAKOURA) possuem situações mínimas de adestramento de seu pessoal para serem considerados certificados pela FTM, a fim de guarnecerem satisfatoriamente os respectivos navios.

Desta forma, observando-se tanto o quadro acima quanto as imagens disponíveis no Anexo “B”, torna-se mister pontuar o fato de que, das doze embarcações que possui a Marinha Libanesa, sete delas são “*Patrol Boats (PB)*”, com calados de 0,85 metros e com dimensões que inviabilizam sua utilização em mar aberto, em condições desfavoráveis de estado do mar.

5.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A MENTALIDADE DE DEFESA DO ESTADO LIBANÊS

Após serem aqui apresentadas e verificadas as capacidades da Marinha Libanesa, pode-se concluir que a mesma tem recebido pouco aporte financeiro para adquirir meios que a capacitem a executar minimamente as tarefas básicas comuns a qualquer marinha do mundo, como garantir a soberania sobre suas fronteiras marítimas, por exemplo. Este fato, conjugado com as considerações realizadas no capítulo anterior, nos permite inferir sobre a necessidade de se inculcir na Marinha e na própria sociedade libanesa uma mentalidade de Defesa que permita ao país desenvolver-se no setor de Defesa.

Conforme constante na entrevista realizada com o vice-almirante Chaves (Apêndice I), atual Diretor do Pessoal Militar da Marinha, que exerceu o Cargo de Comandante da FTM entre fevereiro de 2017 a fevereiro de 2018, verifica-se uma relação de subordinação da Marinha libanesa ao seu Exército e, sendo aquela considerada apenas como um “Departamento” deste.

Contatou-se, também, tanto na entrevista com o almirante Chaves, quanto no cenário político do Líbano, apresentado anteriormente no capítulo 4, que parte da sociedade libanesa e mesmo alguns setores da *Lebanese Armed Forces – Navy* (LAF-N), diante desta vulnerabilidade, enxergam o “*Hezbollah*” como sendo uma organização importante e necessária para proteger as fronteiras ao Sul, com relação a possíveis invasões israelenses.

Nesse sentido, interligando-se os fatos supracitados, tem-se como

resultado que o Estado Libanês acaba por apoiar-se no “*Hezbollah*” como meio de defesa de suas fronteiras, dando-lhe um “status” de “Força paralela”, que goza inclusive de prestígio político, perante a sociedade libanesa. Com isso, as Forças armadas regulares, representadas principalmente pela LAF (Exército) e Marinha (LAF-N), acabam por receber poucos recursos e não são plenamente capacitados a cumprirem seu papel constitucional.

Sendo assim, verifica-se um espaço para a possibilidade de se aprimorar a mentalidade de Defesa do Estado libanês, a fim de se possibilitar o adequado aparelhamento das Forças Armadas libanesas, permitindo que as mesmas sejam capazes de trazer a Segurança ao povo deste país já tão castigado por diversos conflitos, tanto internos quanto externos.

6. A OPORTUNIDADE DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA (BID) BRASILEIRA JUNTO AO LÍBANO

Tanto a marinha (LAF-N), quanto a própria sociedade libanesa, não demonstram possuir uma mentalidade de defesa compatível com as necessidades do país. Prova disso é a existência de poucos meios que a LAF-N possui para operar, o que a impede de cumprir sua missão constitucional mais nobre, que é a manutenção da soberania nacional, no que se refere às fronteiras marítimas libanesas e o controle de seu mar territorial. Foi observado, também, que a LAF-N (Marinha libanesa) possui uma subordinação direta à LAF (Exército libanês), sendo aquela considerada como sendo um 'departamento' deste. (CHAVES, 2019).

Das observações levantadas anteriormente, depreende-se que a Marinha Libanesa não possui a capacidade de cumprir sua missão constitucional minimamente, de forma soberana, devendo adquirir meios navais compatíveis com suas necessidades e ser capacitada a operá-los. As fotografias constantes no Anexo "B" também dão a exata noção da precariedade dos meios que possui a LAF-N. Portanto, este "nicho" pode e deve ser explorado pelo Brasil, a fim de que tal oportunidade seja aproveitada, com o intuito de se propiciar um incremento na BID brasileira.

Sendo assim, verificar-se-á neste capítulo a capacidade da BID brasileira de construir e fornecer tais meios para a Marinha Libanesa.

A década de 1970 foi marcada pelo programa de construção das Fragatas Classe Niterói (FCN). Em 1980, foi incorporada a fragata União, também construída no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), e no decorrer dessa década foram produzidos os submarinos da classe Tupi – um na Alemanha e mais três no Arsenal de Marinha. Em 1982, foi criada a Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), estatal hoje vinculada ao Ministério da Defesa, que possibilitou o financiamento da construção de quatro corvetas da classe Inhaúma ao longo dessa década até 1994, quando foi agregada a corveta Frontin à classe e houve a produção e exportação de um navio-patrolha fluvial para o Paraguai, desenvolvido no AMRJ e entregue em 1985, a primeira exportação de navio de guerra do Brasil. (BRASIL, 2016, p. 178).

É inegável o crescimento que ocorreu no segmento naval brasileiro nos anos 1980. Diversas empresas atinentes ao setor de fabricação de

equipamentos navais foram criadas. No que se refere aos meios navais, a fragata Independência, foi incorporada à Marinha do Brasil em 1979. Houve, também, a incorporação do Navio-Escola Brasil, no ano de 1986, ambos construídos no AMRJ, fruto de um projeto nacional, que foi baseado no casco das Fragatas Classe Niterói (FCN).

Via de regra, buscou-se sempre construir os navios de guerra brasileiros na própria MB, no AMRJ. Porém, outras soluções já foram implementadas, como: a construção de duas corvetas da classe Inhaúma no estaleiro Verolme, próximo à cidade de Angra dos Reis; a construção de Navios-Patrolha (NPa) de 200 toneladas, da classe Grajaú, no estaleiro Mauá e na Indústria Naval do Ceará (Inace), em 1999; e a corveta Barroso, evolução do projeto das Corvetas classe Inhaúma, construída no AMRJ, lançada ao mar em 2001, considerado atualmente um dos meios mais eficientes da Marinha do Brasil. (BRASIL, 2016 d).

Na Figura 5 abaixo, pode-se verificar que existem vários estaleiros no Brasil, todos capacitados a construir meios de médio e pequeno portes:

Figura 5: Estaleiros Capacitados em Construção Naval no Brasil

Estaleiros com capacidade para participar da construção dos meios navais de grande, médio e pequeno porte contidos no PRM		
Classe de meios navais de grande porte		Estaleiros construtores
Navio-aeródromo (Nae)	Navio-transporte de apoio (NTrA)	Atlântico Sul
Navio de propósitos múltiplos (NPM)	Dique flutuante (DFL)	Estaleiro da Bahia
Navio de escolta (NEsc)	Navio-hospital (NH)	Kepel FELS
Navio de apoio logístico (NAPLog)	Navio de apoio oceanográfico (NAPoc)	Mauá
Navio de socorro submarino (NSS)	Navio polar (Npo)	Eisa
	Navio-escola (NE)	Sermetal
Classe de meios navais de médio porte		Estaleiros construtores
Rebocador de alto-mar (RbAM)	Navio-patrolha de 1,8 mil toneladas (NPa1800)	Inace
Navio-varredor (NV)	Navio-hidroceanográfico (Nho)	STX Brasil
Navio caça-minas (NCM)	Navio-hidroceanográfico faroleiro (NhoF)	Wilson Sons
Navio de transporte fluvial (NTrFlu)	Navio-hidroceanográfico balizador (NHoB)	NAVSHIP
Navio de apoio logístico fluvial (NAPLogFlu)	Navio-veleiro (Nve)	Itajaí
Navio de assistência hospitalar (NasH)		Detroit
		Rio Grande
Classe de meios navais de pequeno porte		Estaleiros construtores
Embarcação de desembarque de carga geral (EDCG)	Navio-patrolha de 200 t (NPa200)	Rio Nave
Embarcação de desembarque de viaturas motorizadas (EDVM)	Navio-hidroceanográfico fluvial (NHoFlu)	ERIN
Navio-patrolha fluvial (NPaFlu)	Aviso-hidroceanográfico fluvial (AvHoFlu)	Rio Maguari
Rebocador fluvial (RbFlu)	Aviso de instrução (Avin)	SRD
Navio-patrolha de 500 t (NPa500)		TWB

FONTE: BRASIL, 2016 d.

As necessidades primeiras da Marinha Libanesa seriam justamente tais meios citados acima, conforme a entrevista constante no Apêndice I.

Como a Marinha Libanesa deve iniciar suas aquisições com navios de menor complexidade, já que não possui capacitação técnica para operar navios maiores, é de se esperar que possa haver interesse em adquirir meios do porte dos Navios Patrulha (NPa) classe “Grajaú”, existentes no Brasil.

Segundo Chaves (2019), seria importante para a Marinha Libanesa que esta iniciasse suas aquisições com navios mais simples, como é o caso dos NPa de 200 toneladas, por questões de capacidade operacional dos meios. O Brasil tem capacidade de construir tais navios, pois já o fizemos anteriormente. Além disso, outro importante fator para o qual se deve atentar é a necessidade da marinha libanesa em qualificar seu pessoal para guarnecer seus Navios. Tal tarefa de qualificação deve ser realizada por pessoal especializado e que já tenha experiência em tais atividades. Devido às suas especificidades, a prontificação de equipes para conduzir navios de guerra não é realizada de forma simples e deve ser conduzida seguindo doutrinas e procedimentos já testados e aprovados anteriormente. A Marinha do Brasil detém esta capacidade.

Conforme Chaves (2019), O Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão (CAAML), organização militar da MB situada na Base Naval do Rio de Janeiro, e que tem por missão adestrar as tripulações dos navios da Marinha do Brasil, é capacitado para administrar cursos e treinamentos e estaria apto para preparar o pessoal da Marinha Libanesa a guarnecer seus navios. Tal fato se constitui em uma oportunidade para a disseminação de nossos procedimentos operativos. Nesse sentido, explorando-se adequadamente esta capacidade, existe a possibilidade de geração de vantagens para o Brasil, na medida em que sejam celebrados contratos específicos, onde haja a previsão de contrapartida financeira para que se prestem tais serviços.

7. CONCLUSÃO

Das considerações sobre o contexto histórico que envolve o Estado libanês, desde sua criação, em 1943, até os dias atuais, verifica-se que o Líbano é um país formado por uma aliança, por um Pacto Nacional, que resultou de duas renúncias: uma dos cristãos Maronitas, em deixar de pedir proteção e auxílio aos ocidentais; e a outra dos Muçulmanos, deixando de lado a união árabe, que claramente rumava no sentido de se absorver a entidade libanesa na formação de uma Grande Síria. Mais tarde se concluiria que “duas negações não fazem uma Nação”. (EDDÉ, 2001).

Além disso, ficou patente o fato da influência das diversas religiões na formação deste complexo Estado Confessional que é o Líbano; característica esta que contribuiu para a ocorrência de vários conflitos internos e externos no país. Dentre eles, podem-se destacar: a Guerra Civil de 1975 a 1991, que acabou se transformando em uma “Guerra de todos contra todos”, dilacerando e atirando o país num mar de sangue; e as três invasões israelenses, em 1978, 1982 e 2006, que também foram motivadas, na sua essência, por diferenças de orientações religiosas. Além do mais, torna-se mister citar o conflito interno gerado pela situação da OLP dentro do Líbano, onde fica clara a situação particular de se ter um “Estado dentro de outro Estado”.

Aliados a estes fatos, percebe-se, ainda, os interesses externos de outros Estados sobre o Líbano, que também contribuem para a manutenção de um estado de tensão no país. É o caso, por exemplo, da influência iraniana, que financia o “*Hezbollah*”, a fim de manter a possibilidade de desfraldar, a partir do Líbano, ataques contra seu inimigo eterno: o Estado de Israel.

E a existência deste grupo paramilitar de formação fundamentalista contribui, sobremaneira, para a questão da parca mentalidade de defesa vigente em parte da sociedade e de setores específicos das próprias Forças Armadas Libanesas. Tal situação, em que as Forças Regulares recebem escassos recursos, faz com que a Marinha Libanesa e o próprio Exército se tornem dependentes da atuação do “*Hezbollah*” como força de resistência a uma possível invasão israelense ao seu território. Com isso, a Marinha Libanesa, que é considerada apenas um setor subordinado ao exército, possui meios ineficientes para cumprir suas tarefas básicas, como garantir a

soberania sobre seu mar territorial e plataforma continental adjacente. Tal fato gerou a necessidade da criação de uma Força Tarefa Marítima Internacional, operando sob a égide da ONU, a fim de impedir a entrada de armas e material correlato no Líbano, pelo mar, possibilitando o fim do bloqueio naval imposto por Israel, em 2006. A FTM está desde 2011 sob o comando de um almirante brasileiro e goza de grande prestígio perante a sociedade e as Forças Armadas libanesas, especialmente sua Marinha.

Do estudo realizado, verificou-se a atual necessidade da Marinha Libanesa obter meios capazes de cumprir suas tarefas de proteger suas águas e garantir sua soberania no mar; e que a melhoria da mentalidade de defesa tanto da Sociedade quanto de suas Forças Armadas possa vir a facilitar a aprovação de recursos para as aquisições necessárias.

A Marinha do Brasil, contando com seu aparato logístico e a BID na qual está inserida, possui plena capacidade para construir os meios adequados para a Marinha libanesa, podendo inclusive prover apoio para reparos que se façam necessários, além de treinamento compatível, inclusive com fornecimento de cursos, para que as respectivas tripulações de navios adquiridos sejam devidamente qualificadas. Conclui-se, portanto, que a melhoria da mentalidade de Defesa da Sociedade e da Marinha Libanesa, por meio da influência, exercida pela FTM, particularmente pela tripulação e meios navais brasileiros, pode possibilitar uma oportunidade de incremento para a Base da Indústria de Defesa brasileira, à medida que esta venha a fornecer à Marinha Libanesa os meios navais de que ela necessite.

REFERÊNCIAS

BOULOS J., 2015. **História & Cidadania**. 3ª. ed. - São Paulo, 2015.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional (2018a)**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/12/20/novas-diretrizes-para-a-defesa-nacional-ja-estao-em-vigor>>. Acesso em: 09 set. 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa (2018b)**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/12/20/novas-diretrizes-para-a-defesa-nacional-ja-estao-em-vigor>>. Acesso em: 09 set. 2019.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa (2018c)**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/12/20/novas-diretrizes-para-a-defesa-nacional-ja-estao-em-vigor>>. Acesso em: 09 set. 2019.

BRASIL. ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial; Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mapeamento da Base Industrial de Defesa**. Brasília, 2016 d.

BRASIL. **Normas para Logística de Material – REV.2 (MOD.1). (EMA-420)** – Ostensivo, 2002.

CANAL HOJE NO MUNDO MILITAR. **15 de Maio de 1948** - A Guerra Árabe Israelense. maio, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCxDFRhf3Y1A_Gd0-cF8gbqQ>. Acesso em: 15 abr. 2019.

CHAVES J., Sérgio Fernando de Amaral. **Diretoria do Pessoal Militar da Marinha**. Entrevista concedida ao CMG José Américo Alexandre Dias, em 02 ago. 2019.

DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano**. 3ª. ed. - São Paulo: Contexto, 2013.

EDDÉ M.L., Emile. **O Líbano através dos Séculos**. Tomo II – Edição do Centro Cultural da Missão Libanesa Maronita do Brasil, 2001.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Fundamentos do Poder Nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 2019.

FROMKIN, David. **Paz e Guerra no Oriente Médio**. 1ª. Ed. – Rio de Janeiro, 2008.
GATTAZ, André. **A Guerra da Palestina**. Editora Usina do Livro, São Paulo, 2002.

LEMOS, José Augusto. Quais são os principais cargos religiosos e políticos do mundo islâmico? **Revista Super Interessante**. 31 out. 2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/quais-sao-os-principais-cargos-religiosos-e-politicos-do-mundo-islamico/>>. Acesso em: 08 set. 2019.

MARTINS, Antonio Cesar da Rocha. **A UNIFIL, o Brasil e seus Condicionantes de Defesa**. 2016. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2016.

SOUZA, Bruno Rezende de. **Apresentação Estrutura da FTM e Meios da LAF-N**. 2019a. Mensagem recebida por e-mail em 26 jul. 2019.

SOUZA, Bruno Rezende de. **Apresentação Estrutura da FTM e Meios da LAF-N**. 2019b. Mensagem recebida por e-mail em 11 ago. 2019.

ROSA, Fabiano. **Anexo ao Relatório nº 5/2019 do Comandante da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL ao Ministério da Defesa**. Mensagem recebida por e-mail em 15 abr. 2019.

UNITED NATIONS(UN). **United Nations Security Council Resolution 1701 (2006)**. Nova York, 11 ago. 2006b. Disponível em: <<https://www.securitycouncilreport.org/un-documents/document/PKO%20SRES1701.php>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

UNITED NATIONS(UN). **Report of the Secretary-General on the implementation of Security Council resolution 1701 (2006)**. Nova York, 12 set. 2006a. Disponível em: <<https://undocs.org/S/2006/730>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

UNITED NATIONS INTERIM FORCE IN LEBANON (UNIFIL). **UNIFIL Maritime Task Force Activities**. Nova York, 07 jul. 2018. Disponível em: <<https://unifil.unmissions.org/unifil-maritime-task-force>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

WHITTAKER, David J. **Terrorismo - Um retrato**. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 2005.